



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

ALINE CONCEIÇÃO SANTOS BARROS

**AFINAL O QUE É O PRAAE NO IFS? ESTUDO DE CASO NO CAMPUS
PROPRIÁ SOBRE A PERCEPÇÃO ESTUDANTIL A RESPEITO DO
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO AO
EDUCANDO DO IFS.**

**ARACAJU – SE
2024**

ALINE CONCEIÇÃO SANTOS BARROS

**AFINAL O QUE É O PRAAE NO IFS? ESTUDO DE CASO NO CAMPUS PROPRIÁ
SOBRE A PERCEPÇÃO ESTUDANTIL A RESPEITO DO PROGRAMA DE
ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO AO EDUCANDO DO IFS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe Campus Aracaju, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Franco de Azevedo

**ARACAJU – SE
2024**

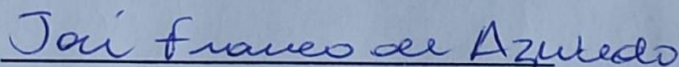
ALINE CONCEIÇÃO SANTOS BARROS

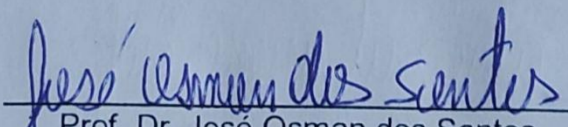
AFINAL O QUE É O PRAAE NO IFS? Estudo de Caso no Campus Propriá sobre a percepção estudantil a respeito do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS.

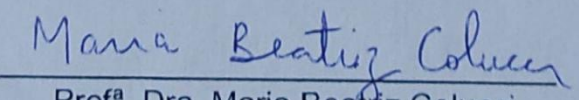
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de Abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. José Franco de Azevedo
Instituto Federal de Sergipe
Orientador


Prof. Dr. José Osman dos Santos
Instituto Federal de Sergipe


Profª. Dra. Maria Beatriz Colucci
Universidade Federal de Sergipe



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E
EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA



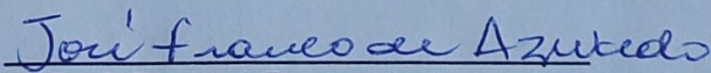
ALINE CONCEIÇÃO SANTOS BARROS

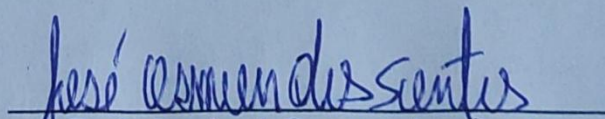
AFINAL O QUE É O PRAAE NO IFS? Estudo de Caso no Campus Propriá sobre a percepção estudantil a respeito do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS.

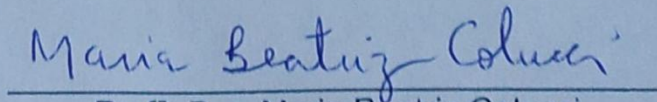
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 29 de Abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. José Franco de Azevedo
Instituto Federal de Sergipe
Orientador


Prof. Dr. José Osman dos Santos
Instituto Federal de Sergipe


Prof^a. Dra. Maria Beatriz Colucci
Universidade Federal de Sergipe

B277a Barros, Aline Conceição Santos.
 Afinal o que é PRAAE no IFS? Estudo de caso no Campus Propriá
 sobre a percepção estudantil a respeito do programa de assistência e
 acompanhamento ao educando do IFS. / Aline Conceição Santos Barros. –
 Aracaju, 2023.
 100 f.: il.

 Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica –
 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
 Orientador: Prof. Dr. José Franco de Azevedo.

 1. Política de assistência estudantil. 2. Educação – Profissional e
 Tecnológica. 3. Educação - Vulnerabilidade socioeconômica. I.
 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.
 II. Azevedo, José Franco. III. Título.

CDU: 377.36

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser esse pai amoroso que sempre me sustentou na vida, e como não poderia ser diferente, em todo o percurso do mestrado, certamente não conseguiria sem a sua presença constante e segura. Gratidão.

A meu pai in memoriam, por todos os exemplos de força, persistência e ética. Te amo pra sempre!

À minha mãe, pelo amor incondicional com que sempre me acolhe, por ter sido meu alicerce diante da rotina diária, onde não pude comparecer de forma integral. Te amo pra sempre!

Ao meu filho João Vítor, por demonstrar tanta maturidade, compreendendo as minhas ausências e impaciências. Te amo pra sempre!

Aos meus familiares e amigos por entenderem o meu momento de distanciamento em várias situações.

Aos meus colegas de trabalho pelo apoio sempre dispensado, em especial: a Alê, Carlinha, Graziela, João Rogério, Vítor, Professores Robson e Cleide Ane (cada um de vocês teve papel importante na realização deste estudo).

Aos discentes da turma 2022.1 de Gestão da Tecnologia da Informação do Campus Propriá, meu muito obrigada, sem a participação e colaboração de vocês não teria sido possível realizar a pesquisa de mestrado.

A Manú, parceira de profissão, obrigada pelo carinho e palavras de encorajamento nesse percurso, com certeza você fez a diferença!

À turma 2022.2 do Mestrado PROFEPT, pelas trocas e vivências durante as aulas, grupos de whatsapp, almoços, comemorações festivas, qualificações e defesas, obrigada.

Aos queridos Ailton e Simone da turma 2022.2 do PROFEPT, pela parceria constante e acolhimento disponível 24 horas, para desabafos e questionamentos. Vocês têm um lugar especial em meu coração.

À minha primeira orientadora no Mestrado, Profa. Dra. Maria Silene da Silva, por ter iniciado comigo as orientações da minha pesquisa, sempre acreditando no potencial do tema proposto por mim.

Ao Prof. Dr. José Franco de Azevedo, que me aceitou como orientanda com a saída da Professora Silene do Mestrado PROFEPT, meu muito obrigada pelas orientações e paciência com que sempre me atendeu, deixando-me tranquila e confiante após nossas conversas.

À Profa. Dra Maria Beatriz Colucci, obrigada por ter aceitado participar das minhas bancas de defesa e qualificação, pelas contribuições e atenção dispensada.

Ao Prof. Dr. José Osman dos Santos, por ter aceitado participar da minha banca de defesa e pelas contribuições.

A todo o corpo docente do PROFEPT/IFS.

RESUMO

O Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do Instituto Federal de Sergipe (PRAAE), é a base do presente estudo, intitulado: Afinal, o que é o PRAAE no IFS? Tem como objetivo, apresentar a amplitude da concepção do PRAAE numa perspectiva de direitos garantidos aos estudante, visando contribuir com sua visibilidade e alcance. O PRAAE é um programa que faz parte da Política de Assistência do IFS, executado mediante ações universais, voltadas a todo o estudante regularmente matriculado no IFS independente de encontrar-se ou não em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e ações específicas, voltadas aos estudantes regularmente matriculados, que estejam vivenciando alguma(s) situação(ões) de vulnerabilidade socioeconômica. O percurso metodológico deste estudo possui abordagem qualitativa e quantitativa de natureza aplicada, com objetivos submetidos a pesquisas exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos, utilizou-se das pesquisas bibliográfica e documental, além do estudo de caso. A aplicação de questionários fez parte da técnica de coleta de dados. A análise de conteúdo dos dados qualitativos obtidos, teve como referência as orientações de Bardin (2011) e quanto aos dados quantitativos houve o tratamento estatístico expresso em gráficos e tabelas. Os sujeitos desta pesquisa são os discentes da turma 2022.1 do curso de nível superior em Gestão da Tecnologia da Informação (GTI). Como produto educacional resultante deste percurso, teve-se a elaboração de uma Cartilha Digital que foi avaliada de forma positiva pelos discentes participantes da pesquisa, o que pode ser compreendido como um instrumento válido na divulgação das ações da Política de assistência estudantil do IFS.

Palavras-chave: PRAAE. Política de assistência estudantil. IFS. Percepção estudantil. Cartilha Digital.

ABSTRACT

The Federal Institute of Sergipe's Student Assistance and Monitoring Program (PRAAE) is the basis of this study, entitled: After all, what is PRAAE at the IFS? Its aim is to present the broad concept of PRAAE from the perspective of the rights guaranteed to students, with a view to contributing to its visibility and scope. PRAAE is a program that is part of the IFS Assistance Policy, implemented through universal actions, aimed at all students regularly enrolled at the IFS, regardless of whether or not they are in a situation of socioeconomic vulnerability, and specific actions, aimed at regularly enrolled students who are experiencing some situation(s) of socioeconomic vulnerability. The methodological approach of this study is qualitative and quantitative of an applied nature, with objectives submitted to exploratory and descriptive research. In terms of procedures, bibliographical and documentary research was used, as well as a case study. Questionnaires were used as part of the data collection technique. The content analysis of the qualitative data obtained was based on the guidelines of Bardin (2011) and the quantitative data was treated statistically using graphs and tables. The subjects of this research are the students of class 2022.1 of the higher education course in Information Technology Management (ITM). As an educational product resulting from this journey, a Digital Booklet was produced which was positively evaluated by the students taking part in the research, which can be understood as a valid tool for disseminating the actions of the IFS Student Assistance Policy.

Keywords: PRAAE; Student Assistance Policy; IFS; Propriá Campus; Student perception; Digital Booklet

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estudo da arte 1	17
Quadro 2	Estudo da arte 2	18
Quadro 3	Estudo da arte 3	19
Quadro 4	Estudo da arte 4	20
Quadro 5	Inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices	26
Quadro 6	Distribuição quantitativa sobre a pergunta 1	59
Quadro 7	Distribuição quantitativa sobre a pergunta 2	60
Quadro 8	Distribuição quantitativa sobre a pergunta 3	60
Quadro 9	Distribuição quantitativa sobre a pergunta 4	61
Quadro 10	Distribuição quantitativa sobre a pergunta 5	63
Quadro 11	Distribuição quantitativa sobre a pergunta 8	65
Quadro 12	Distribuição quantitativa sobre a pergunta 9	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Educação Profissional e Tecnológica	31
Figura 2	Campus do IFS	33
Figura 3	Estrutura Organizacional do IFS	36
Figura 4	Página da web do IFS	42
Figura 5	Sede Inicial do Campus Propriá	43
Figura 6	Sede Definitiva do Campus Propriá	43
Figura 7	Organograma do Campus Propriá	45
Figura 8	Área da Pesquisa	51
Figura 9	Produto: capa e contracapa	68
Figura 10	Produto: sumário	69
Figura 11	Produto: apresentação inicial	70
Figura 12	Produto: definição de PRAAE	71
Figura 13	Produto: ações universais do PRAAE	72
Figura 14	Produto: ações universais 1 e 2	73
Figura 15	Produto: ações universais 3 e 4	74
Figura 16	Produto: ações universais 5 e 6	75
Figura 17	Produto: ações universais 7 e 8	76
Figura 18	Produto: ações universais 9 e 10	77
Figura 19	Produto: ações universais 11 e 12	78
Figura 20	Produto: ações universais 13 e 14	79
Figura 21	Produto: o que é vulnerabilidade socioeconômica e renda familiar per capita	80
Figura 22	Produto: ações específicas do PRAAE.....	81
Figura 23	Produto: ações específicas 1 e 2	82
Figura 24	Produto: ações específicas 3 e 4	83
Figura 25	Produto: ações específicas 5 e 6	84
Figura 26	Produto: continuação da ação 6	85
Figura 27	Produto: direito e informações sobre as ações do PRAAE	86
Figura 28	Produto: Quiz	87
Figura 29	Produto: Referências	88
Figura 30	Produto: colaboradores	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa Etária	55
Gráfico 2	Gênero	55
Gráfico 3	Trajetória Estudantil	56
Gráfico 4	Número de residentes no mesmo domicílio familiar	57
Gráfico 5	Renda familiar	57
Gráfico 6	Inscrição em Programas de Auxílio do Governo	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Associação Nacional de Educação
ANDIFES	Associação Nacional de Institutos Federais de Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ATD	Análise Textual Discursiva
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
COAE	Coordenação de Assistência Estudantil
Covid-19	Doença do Coronavírus
CS	Conselho Superior
DIAE	Diretoria de Assistência Estudantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional Tecnológica
FANESE	Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe
FIC	Formação Inicial Continuada
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitorias de Assuntos Estudantis
GTI	Gestão da Tecnologia da Informação
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFFAR	Instituto Federal Farroupilha
IFS	Instituto Federal de Sergipe
IFMS	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAE	Política de Assistência Estudantil
PAES	Programa de Assistência Estudantil do IFMS
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAAE	Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando
PISOC	Programa de Inclusão Social
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação

	Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PSES	Programa Socioassistencial Estudantil
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SNCT	Semana Nacional da Ciência e Tecnologia
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Percepção dos estudantes sobre Programas de Assistência Estudantil em Institutos Federais: Estado da Arte	16
2.2	Educação diante de influências socioeconômicas no Brasil	21
2.3	Trajetória da Educação Profissional no Brasil e o surgimento dos Institutos Federais	26
2.4	Instituto Federal de Sergipe e sua assistência Estudantil	31
2.5	Instituto Federal de Sergipe - Campus Propriá e o PRAAE	42
3	METODOLOGIA	49
3.1	Local da Pesquisa	51
3.2	Sujeitos da Pesquisa	52
3.3	Instrumentos de Coleta de Dados	52
3.4	Análise de Dados	52
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
4.1	Diagnóstico	54
4.2	Caracterização socioeconômica	54
4.3	Categoria: Entendimento sobre o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE)	58
4.4	Validação	61
4.4.1	Categoria de Análise I: Percepção estudantil sobre o PRAAE, sua amplitude e abrangência	61
5	PRODUTO EDUCACIONAL	67
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1	96
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2	98

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Estudantil do IFS (PAE/IFS) aprovada mediante Resolução 37/2017/CS/IFS, está voltada a atender a todos os estudantes regularmente matriculados na referida instituição, contribuindo com o processo de formação integral, por meio da ampliação das condições de permanência e êxito na trajetória formativa discente. É efetivada por meio do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando (PRAAE) do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

O PRAAE, regulamentado por meio da Resolução 21/2018/CS/IFS, é o programa que executa a Política de Assistência Estudantil do instituto, sendo composto por ações universais e específicas, desenvolvidas e executadas pela equipe multidisciplinar existente nas Coordenações de Assistência Estudantil (COAEs/CAEs) dos campi e setores relacionados à assistência estudantil, acompanhados pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE).

As ações universais são voltadas para todos os estudantes, independente de se encontrar ou não em vulnerabilidade socioeconômica, já as ações específicas estão voltadas aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O PRAAE, é o programa ao qual todo o estudante faz parte desde a sua matrícula no IFS, entretanto, no cotidiano acadêmico não é percebido desta forma (como um direito adquirido), sendo erroneamente relacionado apenas aos auxílios financeiros, ou bolsas. Desta forma, o tema abordado nesta pesquisa será o PRAAE.

A percepção restrita quanto ao PRAAE foi algo que sempre me angustiou enquanto Assistente Social pertencente a equipe multidisciplinar da COAE do IFS Campus Propriá desde abril de 2017, porque apesar de no site do IFS existir toda a legislação referente à assistência estudantil e que sejam realizadas explicações e orientações a respeito do tema sempre que possível, a ligação do PRAAE, ao Auxílio Permanência Estudantil sempre se evidenciava, ficando as demais ações como não pertencentes ao PRAAE.

A partir da minha inquietação com relação à percepção parcial por parte dos discentes a respeito do tema em questão, surgiu a ideia e justificativa do estudo no âmbito da Assistência Estudantil do IFS, enfocando o questionamento: AFINAL O QUE É O PRAAE NO IFS? Estudo de Caso no Campus Propriá sobre a percepção estudantil a respeito do Programa de Assistência ao Educando do IFS, que apresenta como **objetivo geral**: Trabalhar a concepção do PRAAE com os estudantes da turma 2022.1 do curso de nível superior de Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) do IFS Campus Propriá, visando contribuir com a percepção estudantil sobre sua amplitude e sua abrangência, e como **objetivos específicos**:

1. Analisar a percepção dos estudantes da turma 2022.1 do curso de nível superior de Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) do IFS Campus Propriá a respeito do PRAAE do IFS, denominada aqui como amostra;
2. Examinar como o Programa é apresentado na página web da instituição;
3. Identificar possibilidades de aproximação dos estudantes com o PRAAE;
4. Estruturar um produto educacional, que possa ser acessível e prático referente ao conhecimento do PRAAE do IFS.

A questão central desta pesquisa é: Qual a percepção dos estudantes do IFS Campus Propriá a respeito do PRAAE? Sendo as questões norteadoras: Os estudantes visualizam a abrangência do PRAAE? Os estudantes se percebem como destinatários do PRAAE?

O percurso metodológico para a elaboração desta dissertação tem como base, a abordagem qualitativa e quantitativa de natureza aplicada, com objetivos submetidos às pesquisas exploratória e descritiva, fazendo uso no que se refere aos procedimentos, das pesquisas bibliográfica e documental, além do estudo de caso. O uso dos questionários permitiu a coleta dos dados.

A análise dos dados qualitativos obtidos, teve como referência as orientações de Bardin (2011) e quanto aos dados quantitativos houve o tratamento estatístico expresso em gráficos e tabelas. Os sujeitos desta pesquisa são os discentes da turma 2022.1 do curso de nível superior em Gestão da Tecnologia da Informação, por ser uma turma constituída por estudantes que são atendidos por ações específicas (que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica) e por estudantes atendidos no momento por ações universais.

A linha de pesquisa do projeto aqui apresentado conforme o **anexo do Regulamento Nacional do PROFEPT¹**, é Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo em vista que trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais, considerando também, a construção temporal, através dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica, que ao longo do tempo, vem configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços

¹ Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf Acesso em: 25abr. 2024.

pedagógicos, já o macroprojeto que vincula-se à esta pesquisa é o 6 que trata da Organização de espaços pedagógicos da EPT, abrigando projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais.

O Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do (PROFEPT) tem como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, a escolha e produção de um tipo de produto educacional, desta forma para esta pesquisa, optou-se como produto educacional, pela confecção de uma cartilha digital inclusiva, com a proposta do Desenho Universal da aprendizagem com descrição das imagens para leitura através **de leitor/audiodescrição**, a respeito do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE/IFS).

O estudo aqui apresentado foi dividido em 6 seções. A primeira foi a introdução, espaço destinado a apresentar os aspectos que originaram o estudo, questão central, aspectos metodológicos e os seus objetivos. A segunda seção aborda o referencial teórico com resultado obtido por meio do levantamento de dissertações que compuseram o estado da arte, pesquisas bibliográficas e análises documentais. Esta pesquisa foi fundamentada, considerando os seguintes fatores: Educação diante de influências socioeconômicas no Brasil; Trajetória da Educação Profissional no Brasil e o surgimento dos Institutos Federais; IFS e sua Política de Assistência Estudantil e IFS Campus Propriá e o PRAAE.

A seção 3, trata dos pilares que compõem o percurso metodológico, como sujeitos da pesquisa, local, instrumentos de coleta, análise dos dados, elaboração e avaliação do produto educacional. Os resultados obtidos são apresentados e discutidos qualitativamente e quantitativamente de forma categorizada e estatística na seção 4. Na seção 5 é apresentado o produto educacional. Por fim, na seção 6, são feitas as considerações finais acerca da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, estão concentrados os resultados obtidos por meio da catalogação de dissertações que compuseram o estado da arte e as pesquisas bibliográficas e análises documentais, quanto a Educação diante de influências socioeconômicas no Brasil; Trajetória da Educação Profissional no Brasil e o surgimento dos Institutos Federais; IFS e sua Política de Assistência Estudantil e IFS Campus Propriá e o PRAAE.

2.1 Percepção dos estudantes sobre programas de assistência estudantil em institutos

federais: estado da arte

No desenvolvimento da pesquisa científica, a realização do estado da arte auxilia o pesquisador a lançar mão de produções acadêmicas relacionadas ao seu tema de pesquisa e às conclusões relacionadas a ele, identificando questões ainda em aberto. O estado da arte é uma etapa de suma importância no referencial teórico do estudo realizado.

Segundo Brandão *et al* (1986), o termo “Estado da Arte” é originário da literatura científica americana e tem por meta “realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área”.

Para o estudo em questão, cujo tema é o PRAAE, a busca foi realizada na base de dados do Observatório do PROFEPT, um sistema com várias funcionalidades, inclusive armazenamento e exposição de produções científicas e produtos educacionais relacionados ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Foi utilizado como marco temporal para a busca das dissertações, as publicações compreendidas de 2018 a 2023. Como palavras-chave, utilizou-se: Assistência Estudantil; Programa de Assistência Estudantil; Percepção dos estudantes; Percepção.

A seguir um panorama das dissertações localizadas no observatório, conforme descritores acima:

Quadro 1 - Estudo da Arte 1

Título:	Programa de Assistência Estudantil e a sua Materialização no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul: Uma Proposta de Produto Educacional voltado aos estudantes do ensino médio integrado
Autor(a)	Keila Cristina Pinheiro Antunes
Instituição	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
Ano de Publicação	2021

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

O estudo de Antunes (2021) apresentou como temática escolhida para pesquisa e desenvolvimento do produto educacional o **Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e seus efeitos no Campus Campo Grande**, com enfoque voltado aos estudantes do Ensino Médio Integrado.

Conforme citação da autora, O IFMS promove a Assistência Estudantil por meio de política, “planos, programas, projetos e ações”, na expectativa de mitigar as dificuldades advindas de ordem social, econômica, psicológica e pedagógica dos estudantes, a fim de colaborar com a permanência; minimizar a reprovação, a retenção e a evasão; e, por conseguinte, promover a conclusão do curso, de modo a “contribuir para a formação integral dos estudantes” (IFMS, 2018, p. 7) o que demonstra preocupação com o estudante de forma integral, assemelhando-se ao que preconiza a PAE do IFS, que efetiva suas ações por meio do PRAAE e amplia seu atendimento aos estudantes por meio de ações universais e específicas analisados aspectos sociais, econômicos, entre outros em que o estudante esteja relacionado.

A pesquisa de Antunes (2021), Caracteriza-se como pesquisa de caráter exploratório e descritivo de cunho quantitativo e qualitativo. Para a coleta dos dados da avaliação da aplicação do produto educacional foi utilizado questionário. A análise dos dados foi realizada por meio de Análise de Conteúdo de Bardin.

No âmbito da pesquisa, um dos questionamentos de Antunes (2021) foi: qual produto educacional pode ser desenvolvido para contribuir com o PAES, com as ações de permanência dos estudantes? optando por um Manual de Auxílio Estudantil, denominado MANU e um vídeo PE - Programa de Assistência Estudantil (PAES)”. Para Antunes (2021, p. 76):

Em função da relevância da temática abordada, julgamos pertinente a

complementação com novos estudos, dessa forma, sugerimos que outros pesquisadores dêem continuidade ao tema[...]a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil seja analisado no contexto da prática. Por fim, esta pesquisa visa colaborar com as discussões acerca dessa temática e esperamos que provoque pesquisas futuras.

Quadro 2 - Estudo da Arte 2

Título	Assistência Estudantil no Instituto Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão: da Política à sua implementação na percepção dos estudantes
Autor(a)	Emmanuelle Moreira Santos Silva
Instituição	Instituto Federal de Sergipe
Ano de Publicação	2021

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Silva (2021), em seu estudo se propôs a realizar uma avaliação da **Política de Assistência Estudantil do IFS (PAE) por meio da percepção dos estudantes sobre o seu papel no tocante à permanência e ao êxito do Instituto Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão**, como também **promover uma reflexão, em uma perspectiva ampliada, sobre o conceito da Assistência Estudantil**. Desta forma, a autora busca fomentar uma reflexão ampliada que possibilite a compreensão a respeito da Assistência Estudantil do IFS como um direito posto, para contribuir com a permanência e êxito dos estudantes na instituição. Para este intento, elaborou um guia contendo um roteiro para o desenvolvimento de oficinas temáticas sobre Assistência Estudantil em parceria com membros da Equipe Multidisciplinar do Campus.

A abordagem metodológica de Silva (2021) fez uso da pesquisa quali-quantitativa. A tipologia utilizada foi a do estudo de caso. Para a coleta de dados foram realizados questionários e entrevistas semiestruturadas. Os dados qualitativos foram analisados segundo a perspectiva de Bardin (2016), e os quantitativos passaram por processo de análise estatística quando da geração de gráficos e tabelas. Uma das perguntas constantes no questionário foi sobre o entendimento da Política de Assistência Estudantil do IFS, sendo destacado pela autora “[...] reafirma-se a necessidade de promover e ampliar o conhecimento sobre a PAE para que, assim, os estudantes possam saber o seu papel e entendê-la em uma perspectiva de direito e instrumento capaz de contribuir para a sua permanência e o seu êxito na Instituição” (Silva, 2021).

Quadro 3 - Estudo da Arte 3

Título:	Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha: percepções dos estudantes do Proeja <i>campus</i> Santa Rosa
Autor(a)	Márcio Josoé da Silva
Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Ano de Publicação	2022

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

O estudo realizado por Silva (2022) tem como objetivo geral, compreender **as percepções dos estudantes** do Ensino Médio de Jovens e Adultos (EJA/EPT) do Instituto Federal Farroupilha *campus* Santa Rosa, **quanto à contribuição e aplicação da Política de Assistência Estudantil para a sua permanência escolar**. A pergunta norteadora da pesquisa foi definida pelo autor como: Qual a percepção do estudante da EJA/EPT do IFFar - *Campus* Santa Rosa quanto à contribuição da Política de Assistência Estudantil para a sua permanência escolar? **visa contribuir com estratégias que possam colaborar com a permanência e êxito dos estudantes por meio do acesso aos programas e ações da PAE**.

Em relação a abordagem metodológica do estudo de Silva (2022), foi definida como qualitativa, utilizando-se do estudo de caso e como instrumento para levantamento de dados a observação, pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados utilizou-se da análise de conteúdo de Bardin (2016). Como resultado de seu estudo, o autor desenvolveu um produto educacional representado por um roteiro de rodas de conversa sobre a Política de Assistência Estudantil visando fornecer uma estratégia metodológica que leve em consideração a proposta formativa e a realidade político-social dos estudantes da EJA/EPT, e que promova um espaço de diálogo e reflexão.

Um dos questionamentos que o autor do estudo da arte 3 realizou junto aos sujeitos da pesquisa foi: como eles avaliavam o conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil do IFFar?[...]. As respostas apontam que existiam diferentes níveis de conhecimento em relação à PAE entre os participantes, mostrando-se a importância de promover momentos com a participação dos estudantes com o objetivo de apresentar as diferentes ações e programas da PAE.

Quadro 4 - Estudo da Arte 4

Título:	O Programa Socioassistencial Estudantil no Instituto Federal do Amazonas/Campus Tefé: Percepção dos Discentes
Autor(a)	Francisco Ripardo Maia
Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Ano de Publicação	2023

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Maia (2023) delimitou como objetivo geral da sua pesquisa: **Compreender a percepção dos discentes quanto ao Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito** no período da Pandemia do COVID-19 (doença do coronavírus).

O percurso metodológico do estudo de Maia (2023) possui caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa do tipo de estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados, pesquisa bibliográfica e documental, questionário, entrevista e diário de campo. O uso dos questionários permitiram a coleta dos dados. Os dados coletados foram analisados sob à luz da Análise Textual Discursiva (ATD).

Os discentes pesquisados, têm a percepção do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, como direito, como política pública voltado para inclusão, aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na garantia de permanência e êxito acadêmico. Ao mesmo tempo, foi identificado que eles têm a compreensão que os benefícios do PSES contribuem para formação humana integral, à permanência e êxito dos discentes, preferencialmente, para os mais vulneráveis (Maia, 2023, p. 140).

Na pesquisa de Maia (2023), o produto educacional elaborado um material textual denominado foi um Guia de Apoio ao Discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM”, com objetivo de apresentar aos discentes do IFAM, informações e orientações, o processo gradual desde o acesso à adesão do Programa Socioassistencial Estudantil (PSES/IFAM).

As dissertações acima relacionam-se ao presente estudo ao darem ênfase à Assistência Estudantil. Nas dissertações de Silva (2021) e Silva (2022) por meio da Política de Assistência Estudantil e nas dissertações de Antunes (2021) e Maia (2023) mediante Programas de Assistência Estudantil. Quanto à abordagem e percurso metodológico foi possível identificar que dos 4 estudos, 2 tem caráter exploratório descritivo, 3 utilizaram-se do estudo de caso e do questionário como instrumento de coleta de dados, como também da

análise de conteúdo de Bardin.

Em todas as pesquisas há a preocupação com a socialização e potencialização das informações relacionadas a Assistência Estudantil ,sendo os Produtos Educacionais elaborados , elementos agregadores na consecução dos objetivos.

Nesse sentido, a presente pesquisa em consonância com os anseios dos estudos acima,na área da Assistência Estudantil, tem como objetivo geral: Trabalhar a concepção do PRAAE com os estudantes da turma 2022.1 do curso de nível superior de Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) do IFS Campus Propriá, visando contribuir com a percepção estudantil sobre sua amplitude e sua abrangência. Metodologicamente tem como base, a abordagem qualitativa e quantitativa de natureza aplicada, com objetivos submetidos às pesquisas exploratória e descritiva, fazendo uso no que se refere aos procedimentos, das pesquisas bibliográfica e documental , além do estudo de caso .O uso dos questionários permitiram a coleta dos dados.

A análise dos dados qualitativos obtidos, teve como referência as orientações de Bardin (2011) e quanto aos dados quantitativos houve o tratamento estatístico expresso em gráficos e tabelas. O produto educacional construído foi uma cartilha digital inclusiva com a proposta do Desenho Universal da aprendizagem com descrição das imagens para leitura através **de ledor/audiodescrição**), a respeito do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS, concentrando informações de forma acessível e prática.

2.2 Educação diante de influências socioeconômicas no Brasil

A educação brasileira contextualizada dentro de um cenário de exploração socioeconômica,mostra sinais desde o período colonial de uma funcionalidade divisora de classes sociais.

O Brasil apresenta, em cada período de sua história, realidades e contextos diferentes, mas evidentemente não difere o modelo de educação destinado às classes populares: uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro em precárias condições, privando-as, assim, de uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente de qualidade (Souza; Santos, 2019, p. 1).

Pensava-se e se reproduzia uma educação geral e universal para a elite e uma educação de cunho prático,operativo e profissional para as classes subalternas. “A educação na perspectiva capitalista tem servido, em essência, a fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva e a transmitir valores que legitimam os interesses dominantes.

Esta é sua essência [...] (Araújo, 2014, p. 48).

O sistema capitalista, sob domínio dos detentores dos poderes (político e socioeconômico) caracteriza-se principalmente pela concentração da riqueza, lucro, meios de produção e benefícios nas mãos de uma elite privilegiada, alterando estruturas, relações sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais. Insensível à realidade socioeconômica da grande parte da sociedade, negligencia qualquer ação que viabilize seu protagonismo, bem como qualquer atitude que lhe possibilite o exercício pleno da cidadania, ficando satisfeito com a condição de subsistência e exploração da maioria da sociedade (desprovida dos meios de produção), o que potencializa um abismo social assustador.

Laval (2019), referente aos desafios da educação nesse contexto, traz:

O novo modelo escolar e educacional que tende a se impor se baseia, em primeiro lugar, em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica. Está ligado a um economicismo aparentemente simplista, cujo principal axioma é que as instituições em geral e a escola em particular só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia. O “homem flexível” e o “trabalhador autônomo” são as referências do novo ideal pedagógico (Laval, 2019, p. 29).

Tal colocação é validada por Frigotto (2009, p. 69) que afirma: “No interior destas relações sociais a educação, de direito social e subjetivo, tende a se reduzir a uma preparação psicofísica, intelectual, estética e afetiva subordinada às necessidades unidimensionais da produção mercantil”. Não obstante, vê-se que essa realidade atinge a toda seara educacional, com reflexos acentuados voltados para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em uma sociedade que vive e alimenta o sistema excludente do capital, com uma proposta de educação profissional, voltada prioritariamente a preparação para o mercado de trabalho, distante de uma educação de cunho reflexivo, **integral , universal, omnilateral e politécnico**, onde a contextualização social, política, econômica permita a formação em todos os sentidos (Frigotto, 2009).

A profissionalização dentro do princípio do trabalho educativo deve proporcionar aos discentes a percepção e compreensão da dinâmica social, estimular as capacidades intelectuais para contribuir com a formação de sujeitos coletivos e críticos no exercício da cidadania. Na contramão do desmantelamento capitalista, as manifestações dos movimentos estudantis, da comunidade acadêmica, além das ações de entidades federais de ensino superior eclodiram na década de 1980, época marcada por um contexto socioeconômico e político de abertura política, pós-ditadura militar, fazendo com que vários movimentos de luta fossem registrados em diferentes segmentos, buscando o acesso, a visibilidade, a democratização e efetivação dos

serviços para todos os estratos da sociedade.

De acordo com Xavier (2019, p. 35), a década de 1980 foi o período marcado por reivindicações mais intensas dos educadores do país quanto a democratização da educação brasileira, em virtude do momento político brasileiro de final da ditadura militar para a transição democrática. Informação ratificada por SAVIANI, como expresse abaixo:

Os anos de 1980 inauguram-se com a existência da Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa e Educação (ANPED) e Centro de Estudos Educação Sociedade (CEDES), criados respectivamente em 1979, 1977 e 1978. Mas, além dessas entidades destinadas a congregar educadores independentemente de sua vinculação profissional, a década de 1980 também se inicia com a constituição de associações, depois transformadas em sindicatos, aglutinando, em âmbito nacional, os professores dos diferentes níveis de ensino e os especialistas nas diversas habilitações pedagógicas (Saviani, 2007, p. 401).

Em defesa da educação, entidades de luta e mobilização, como a ANPED, a CEDES e a ANDES atuaram como instrumentos de organização de educadores e contaram nesta luta com a participação de entidades sindicais no final da década de 1970 e transcorrer da década de 1980.

[...] A contrahegemonia, vista enquanto processo, constrói-se fora da escola mas nela também, para esse efeito, não bastaria a negação, portanto, da educação instituída. Dever-se-ia, acima de tudo, buscar por espaços de emancipação (Araújo, 2014, p. 48).

Amparando de forma legal, os anseios da sociedade em várias áreas inclusive na seara da educação, é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil na Assembléia Nacional Constituinte de 05 de outubro de 1988, o que foi atualizado pela Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015, que traz no seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 2015).

Sendo ratificada a educação como direito em prol do desenvolvimento pleno do cidadão, bem como as obrigatoriedades do Estado e da família no artigo 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, contudo, observam-se fragilidades e negligências nesse direito social.

De acordo com a primeira Constituição Federal (1988), é função constitucional do Estado, zelar, propor e efetivar medidas voltadas ao bem comum da coletividade, mediante organização político administrativa, garantindo a todos os cidadãos: saúde, educação, segurança, bem-estar e dignidade.

Adentrando-se à década de 1990 e considerando as garantias constitucionais acima citadas, a comunidade educacional fortalece o debate para que haja a formalização de leis que efetivem e normatizem a propositura da constituinte. Porém, o cenário político – econômico brasileiro caminhava para o estabelecimento de um modelo neoliberal que impactava diretamente, nos pressupostos educacionais pleiteados pela sociedade civil organizada. Frente a esse cenário e em meio a fortes embates teóricos, tendo em vista a disputa contra hegemônica imposta, institui-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em dezembro de 1996, Lei nº 9.394 (Xavier, 2019, p. 36).

Voltada essencialmente a educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996 destaca, em seu artigo 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Depreendendo-se que o caráter voltado para a formação, educação e desenvolvimento é contextual acontecendo em esferas variadas de forma simultânea.

No âmbito educacional, Saviani, faz uma abordagem sobre ações ocorridas em diferentes mandatos presidenciais brasileiros da Nova República:

A década de 1990 para a educação, com a Nova República, traz como presidente eleito, Fernando Collor , **que na educação** propôs, mas não implantou, o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania e os Centros Integrados de Atenção a Criança (CIACs), destacando-se na seara do gerenciamento dos preços das mensalidades das escolas particulares. Itamar Franco, governa o país a partir de 1992 e voltado para a educação, lança: o Plano Decenal de Educação para todos (por iniciativa do Ministro Murilo Higelin), baseado em declaração apresentada na Conferência de Jomtien na Tailândia; Fecha o Conselho Federal da Educação e cria o Conselho Nacional de Educação. Fernando Henrique Cardoso assume em 1995 e durante o seu mandato, destaca-se na área da educação: A aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como resultado da atuação da sociedade civil (educadores) e do legislativo; A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) na educação básica; No ensino profissional, determinou a separação entre o ensino médio e o profissional; Reorganizou o ensino superior e redefiniu as mantenedoras com distinção entre Universidade de ensino e de pesquisa e a admissão de instituições privadas do ensino superior com fins lucrativos; Montagem do sistema nacional de avaliação via Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa

Educacional Anísio Teixeira (INEP); Aprovação da Política Nacional de Educação(PNE).O presidente Lula, assume em 2003 e referente a Política de Educação no seu governo, destacam-se: Aprovação na educação básica do ensino fundamental de 9 anos; Aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) que abrange toda a educação básica; Instituição do Piso salarial profissional dos professores; Reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, voltado para jovens não alfabetizados – EJA; No ensino profissional , rearticulou o ensino médio ao profissional; Instituiu os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs); Regulamentou a legislação dos estágios; No âmbito do Ensino superior instituiu o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI); Reformulou o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM(2009); Instituiu o Plano de Desenvolvimento da Escola(PDE), dentro do qual uma das medidas é o IDEB; Trabalhou no Plano Nacional da Educação(PNE) 2010.O entendimento do governo , Luís Inácio Lula da Silva, quanto a importância da educação profissional e tecnológica no contexto apresentado, foi marcado como uma expressão política para a educação no Brasil, que contribuiria não apenas para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, como também para o fomento de um processo educacional de inserçãocidadã de muitos brasileiros [...] (informação verbal)².

A efetivação da educação com vistas à emancipação dos cidadãos deve ser garantida e defendida pelas esferas públicas em consonância com a sociedade civil. Neste cenário, por vezes, emergem as **políticas públicas**, como instrumentos que se apresentam em forma de programas, ações e decisões pelos quais o Estado atua para reparar inconsistências evidenciadas,tais políticas devem ser respaldadas pela sociedade/usuária das ações e serviços mediante sua participação organizada, visando assegurar direitos de forma plena, resolver problemas em diversas áreas, devendo estar intrinsecamente ligadas ao planejamento do setor público e exercício eficiente e eficaz da equipe técnica envolvida.

Política pública (...), não é sinônimo de política estatal. A palavra pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de res publica,isto é, res(coisa), pública(de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo (Boschetti, 2008, p. 94).

² SAVIANI, Demerval. **A Política Educacional brasileira após a ditadura militar até os dias atuais**. Palestra. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KDlydJpnhv8&list=PL5oTq> Acesso em: 23 abr. 2024.

2.3 Trajetória da educação profissional no Brasil e o surgimento dos Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia.

Na época do **Brasil Império**, conforme Garcia, Dorsa e Oliveira (2018), existiu a preocupação por parte alto escalão do império, com a formação de trabalhadores de forma compulsória através de instituições religiosas e filantrópicas, bem como um olhar, para que crianças órfãs tivessem um ofício, uma ocupação a fim de no futuro não se tornarem “desocupados”. Ainda referenciando Garcia, Dorsa e Oliveira (2018, p. 3) “Para atender a esta população, o governo determinou que os órfãos fossem encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, pois a intenção era formar um contingente profissional para atuar na marinha e na guerra (...)”.

No **período da república** houve por parte dos estados do Brasil, a realização da organização do ensino profissional, tendo destaque o então presidente Nilo Peçanha, que através do Decreto 7566 de 23 de setembro de 1909 criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices a partir do ano de 1910, sendo a implantação dessas Escolas, considerado como o marco inicial da Rede Federal através das escolas técnicas. Vide Quadro 5:

Quadro 5 - Inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices

INSTITUIÇÃO	ANO DE INAUGURAÇÃO
Escola de Aprendizes Artífice de Mato Grosso	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Piauí	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Goiás	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Rio Grande do Norte	03/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice da Paraíba	06/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Maranhão	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Paraná	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Alagoas	21/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Campo RJ	23/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Pernambuco	16/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Espírito Santo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice de São Paulo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Sergipe	01/05/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Ceará	24/05/1910
Escola de Aprendizes Artífice da Bahia	02/06/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Pará	01/08/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Santa Catarina	01/09/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Minas Gerais	08/09/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Amazonas	01/10/1910

Fonte: Adaptado de Soares (1982).

Nesse momento as Escolas eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio até 1930, passando posteriormente à supervisão do Ministério da Educação e Saúde Pública.

[...] essas escolas sofreram alterações em suas nomenclaturas e grandes evoluções, em 1937 passou a se denominar Liceus Profissionais, em 1942 Escolas Industriais e Técnicas, em 1959 passam a ser chamadas de Escolas Técnicas, já em 1978 são denominadas Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS, **e por fim, em 2008 Institutos Federais [...]** (Garcia, 2018, p. 15).

Foi com a lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 , sancionada durante mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). O artigo 2º da lei 11.892/08 enfatiza:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos **técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas**, nos termos desta lei (Brasil, 2008).

A partir de então **passou-se da Rede Federal de Educação Profissional** exclusivamente, para **a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica** no âmbito do sistema federal de ensino, **ligado ao Ministério da Educação**. A esse respeito Pacheco (2010) assevera que:

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (Pacheco, 2010, p. 13).

Assim, conforme artigo 5º da lei 11.892/08, foram criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I. Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre; II. Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba; III. Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá; IV. Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica

do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira; V. Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia; VI. Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim; VII. Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília; VIII. Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu; IX. Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa; X. Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; XI. Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres; XII. Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras; XIII. Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista; XIV. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas; XV. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena; XVI. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho; XVII. Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia; XVIII. Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres; XIX. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina; XX. Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá; XXI. Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa; XXII. Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão; XXIII. Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina; XXIV. Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí; XXV. Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná; XXVI. Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis; XXVII. Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos; XXVIII. Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte; XXIX. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves,

da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão; XXX. Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete; XXXI. Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas; XXXII. Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste; XXXIII. Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima; XXXIV. Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina; XXXV. Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio; XXXVI. Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo; XXXVII. Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; XXXVIII. Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Brasil, 2008).

Os Institutos Federais, apontam para a possibilidade, por meio da educação profissional e tecnológica integral em diferentes modalidades de ensino, para o movimento de superação da cadeia de subordinação socioeconômica ditada pela classe dominante. A implantação e funcionamento dos IFs, alavancados no governo de Luís Inácio Lula da Silva, defendem a importância da educação profissional e tecnológica, sendo uma expressão política para a educação no Brasil, que contribui não apenas para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, como também para o fomento de um processo educacional de inserção cidadã de muitos brasileiros.

O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira. Está produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, por esse motivo essas mudanças precisam ser acompanhadas bem de perto (Otranto, 2010, p. 105).

A expansão da rede federal foi seguida pela presidente Dilma Rousseff em defesa por uma educação profissional e tecnológica com ações que primam pela integração da ciência, tecnologia e cultura como aspectos indissociáveis da vida, **numa perspectiva integral de formação humana, cidadã, reflexiva e crítica diante vivenciada.**

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia revela a compreensão governamental no que se refere ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil, sendo reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira. Esta compreensão considera a educação profissional e tecnológica estratégica

como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional e como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros (Leite, 2014, p. 49)

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é definida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como **uma modalidade de ensino** que apresenta como finalidade essencial, o preparo para o exercício profissional do cidadão com vistas a sua inserção e atuação no mundo do trabalho e na vida em sociedade, ficando clara a necessidade de uma **educação de cunho universal**.

Ainda de acordo com o MEC, a EPT engloba **cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica e de pós-graduação** objetivando disponibilizar um contínuo aproveitamento e articulação dos estudos, bem como a integração com diferentes níveis e modalidades de educação com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Os cursos abrangidos pela EPT, estão citados no art. 39, §2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, são eles:

I. de formação inicial e continuada ou qualificação profissional:

São cursos voltados para jovens e trabalhadores visando o preparo para a vida produtiva e social em caráter de inserção ou reinserção no mundo do trabalho. Inclui, cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional, bem como cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade.

II. de educação profissional técnica de nível médio:

Cursos desenvolvidos *na forma integrada* com o ensino médio (disciplinas propedêuticas e técnicas), para quem concluiu o ensino fundamental, possibilitando a habilitação profissional técnica de nível médio ao discente na mesma instituição de ensino; Cursos desenvolvidos *no formato concomitante* para habilitação profissional técnica de nível médio, oferecidos ao discente que for ingressar no ensino médio ou já estiver cursando. Podem ser realizadas na mesma instituição de ensino ou em instituições distintas, devendo em qualquer das situações serem efetuadas matrículas distintas para cada curso; ou Cursos *na forma subsequente* para habilitação profissional técnica de nível médio para quem já tenha

concluído o ensino médio.

III. de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Os cursos profissionais tecnológicos de graduação são destinados a quem concluiu o ensino médio e voltados ao desenvolvimento de competências profissionais, baseadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, tendo em vista o desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico. O profissional que conclui o curso superior de tecnologia torna-se um tecnólogo com formação para a produção e a inovação científico-tecnológica e para a gestão de processos de produção de bens e serviços.

Os cursos de educação profissional tecnológica de pós-graduação, são voltados para quem concluiu o ensino superior, compreendendo programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado profissional), recomendados pela CAPES/MEC, bem como cursos de pós-graduação lato sensu (especialização tecnológica), em áreas afins à graduação tecnológica como mostra a Figura 1:

Figura 1 - Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Adaptado do site do MEC (2018).

2.4 Instituto Federal de Sergipe e sua assistência estudantil

O Instituto Federal de Sergipe foi constituído a partir da unificação entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, conforme expresso na lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 , capítulo II artigo 5º.

Apresenta como missão, a oferta da educação pública profissional, científica e tecnológica de qualidade, em diferentes níveis e modalidades, num contexto de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para **formação integral dos discentes**.

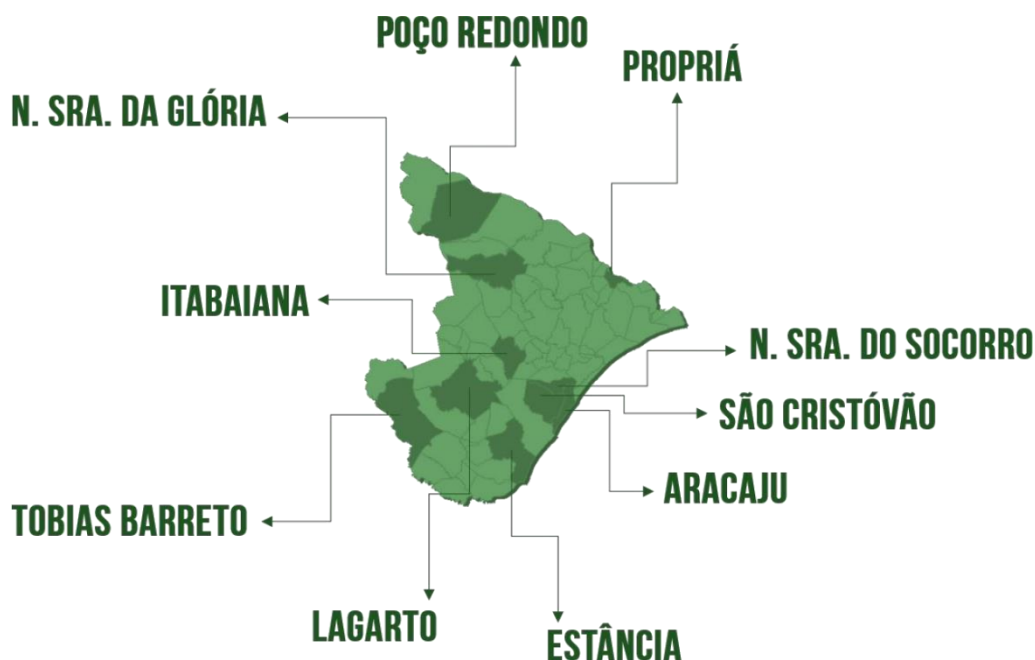
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de Sergipe – IFS é uma instituição pública de ensino, multicampi e pluricurricular, orientada para o desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, do meio ambiente, visando ao desenvolvimento humano e o bem-estar social [Resolução Cs/ IFS nº 113, de 21 de Dezembro de 2021] (IFS, 2021).

No IFS, a preocupação com uma educação pública que possibilite a **formação integral** e de qualidade, é compromisso de todos os que compõem o quadro de educadores, buscando englobar, tanto a seara pedagógica quanto questões cotidianas e da realidade dos discentes .

Na educação dialógica, estudar requer apropriação da significação dos conteúdos, a busca de relações entre os conteúdos e entre eles e aspectos históricos, sociais e culturais do conhecimento. Requer também que o educando se assuma como sujeito do ato de estudar e adote uma postura crítica e sistemática. No entanto, a dimensão individual do sujeito que se assume como educando não é suficiente para explicar o processo de conhecimento dos conteúdos. Para conhecer é preciso o outro[...] (Moreira, 2018, p. 153).

O IFS conta hoje com 10 campi em funcionamento, sendo eles: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, Itabaiana, Glória, Propriá, Tobias Barreto, Socorro e Poço Redondo, representados em diferentes regiões de Sergipe como mostra a figura 2.

Figura 2 - Campis do IFS



Fonte: IFS (2020).

O Estatuto do IFS, por meio da Resolução 94/2021, traz nos artigos 3º, 4º e 5º do capítulo II (dos **princípios, das finalidades e características e dos objetivos**), que este Instituto atua em consonância com as diretrizes da Política Nacional da Educação e do Plano Nacional de Educação:

Apresenta como **princípios** norteadores em seu artigo 3º:

I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa aplicada e a extensão; III - eficácia nas respostas de formação profissional continuada, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; IV - inclusão de pessoas com necessidades específicas; e V - natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (IFS, 2021).

Quanto às **finalidades e características**, no artigo 4º propõe-se:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às

demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFS; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Com relação **aos objetivos**, citados no artigo 5º, propõe-se a:

I - ministrar **educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados**, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - **ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores**, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; VI - **ministrar em nível de educação superior:** a) **cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;** b) **cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica**, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) **cursos de bacharelado e engenharia**, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) **cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização**, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e) **cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado**, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Sobre a Organização Administrativa, (ver figura 3), o art. 7º do Estatuto do IFS, informa que “ O IFS é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual

identificada para cada campus e a Reitoria, exceto no que diz respeito ao pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores, compreendendo” (IFS, 2021):

I – COLEGIADOS:

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes.

II - REITORIA:

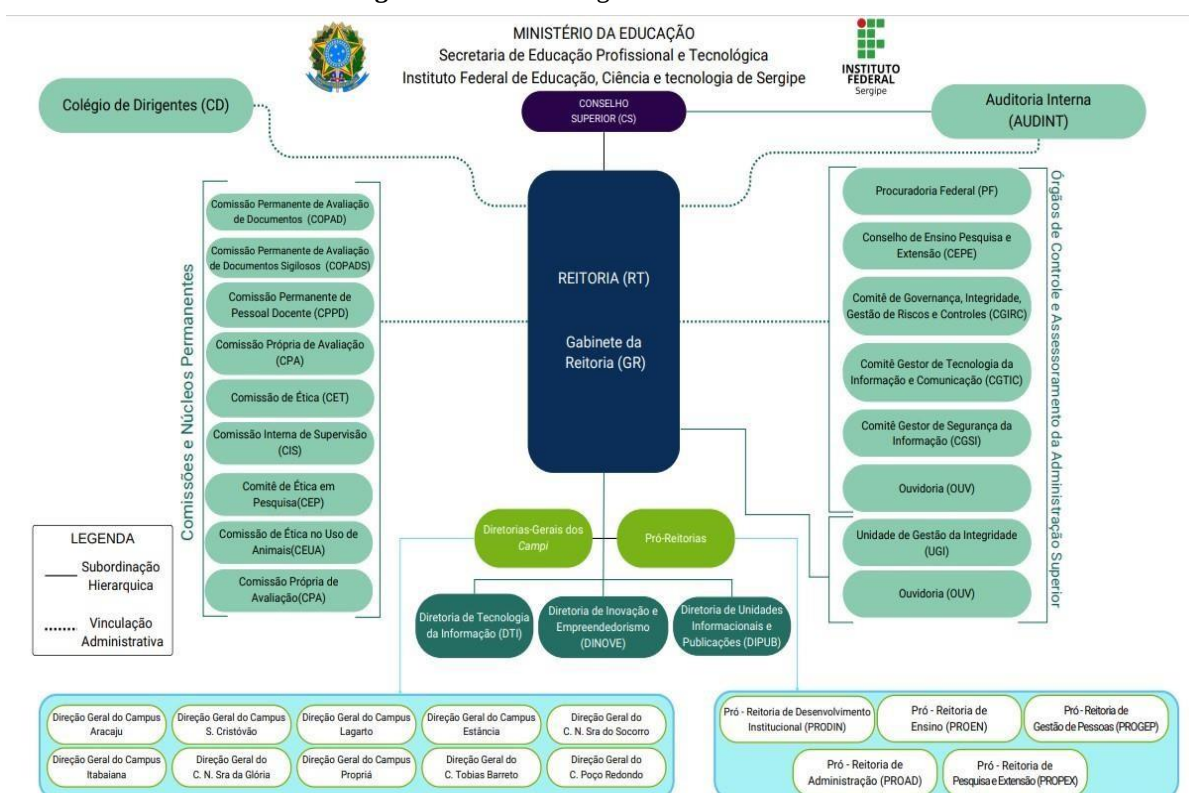
- a) Gabinete;
- b) Pró-reitorias:
 - 1. Pró-reitoria de Ensino – PROEN;
 - 2. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP;
 - 3. Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão – PROPEX;
 - 4. Pró-reitoria de Administração - PROAD; e
 - 5. Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN;
- c) Diretorias Sistêmicas:
 - 1. Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI; e
 - 2. Diretoria de Inovação e Empreendedorismo – DINOVE.
- d) Órgãos de Controle e Assessoramento:
 - 1. Auditoria Interna;
 - 2. Procuradoria Federal;
 - 3. Ouvidoria.

III – Campis:

- a) Aracaju;
- b) Lagarto;
- c) São Cristóvão;

- d) Estância;
- e) Itabaiana;
- f) Nossa Senhora da Glória;
- g) Nossa Senhora do Socorro;
- h) Poço Redondo;
- i) Propriá;
- j) Tobias Barreto e
- k) Poço Redondo.

Figura 3 - Estrutura organizacional do IFS



Fonte: IFS (2022).

O IFS, levando em consideração levantamento realizado no semestre 2024.1, conta com 8.021 discentes, de acordo com dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), distribuídos entre os cursos de nível técnico e superior e 165 distribuídos entre os Programas de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Turismo e Pós-Graduação em Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. A admissão destes estudantes ocorre mediante processo seletivo, que abarca tanto **a ampla concorrência como** contempla também aspectos socioeconômicos, relacionados à renda, a origem pregressa estudantil, a autodeclaração para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, bem como

para pessoas com deficiência.

Referente ao processo de ingresso de discentes nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, o IFS pauta-se na lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que estabelece nos artigos abaixo as seguintes disposições:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) **de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio** em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o **caput** deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo **per capita**. **Art. 3º** Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, **por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência**, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Art. 4º** As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes **que cursaram integralmente o ensino fundamental** em escolas públicas. **Art. 5º** Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, **por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência**, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. § 1º No preenchimento das vagas de que trata o **caput** deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo **per capita**. [Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023] (Brasil, 2012).

No âmbito da assistência ao discentes o IFS, possui como documento referência o PNAES, que mediante Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 é o documento base quando se trata da assistência estudantil, opondo-se às desigualdades sociais, com vistas a possibilitar aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior, **nas diferentes modalidades de ensino** a permanência e êxito. Traz em seu artigo 4º:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades

identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010).

O Art. 5º do mesmo decreto determina:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010).

O PNAES, foi resultado da mobilização em prol da assistência estudantil por parte dos movimentos estudantis aliados à comunidade acadêmica em geral, docentes e técnicos administrativos em educação, ocorridos em universidades, no Fórum Nacional de Pró-reitorias de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) criado em 1987 e nas ações ligadas à Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) criada em 23 de maio de 1989.

No IFS, a Assistência Estudantil foi marcada pelo Programa de Inclusão Social (PISOC) mediante Portaria nº 276, de 15 de março de 2010 até o ano/semestre letivo 2012.1, voltado a atender estudantes com necessidade de ordem socioeconômica. A partir do ano/semestre letivo 2012.2 o PISOC foi denominado como PRAAE (Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando) do IFS através da Portaria nº 1.448, de 31 de julho de 2012. A Política de Assistência Estudantil, foi aprovada com a Resolução 37/2017/CS/IFS, que amplia sua abrangência e ações, estando voltada a atender a todos os estudantes regularmente matriculados, contribuindo no processo de formação integral, independentemente de situação socioeconômica, ampliando as condições de permanência e êxito na trajetória formativa discente.

A formação humana integral diz respeito a uma filosofia de educação que concebe o estudante em sua inteireza e complexidade, considerando as suas dimensões intelectual, emocional, espiritual, social e cultural. A cultura escolar deve orientar-se pela perspectiva sistêmica de (re)elaboração de conhecimentos. Não podemos confundir formação integral com escola em tempo integral. A primeira, refere-se à proposição político-pedagógica da multidimensionalidade da formação sociocultural de pessoas para a vida; a segunda, relaciona-se à lógica de organização dos tempos, rotinas e ambientes para a vivência ampliada das situações de ensino e de aprendizagem, durante os turnos da manhã e da tarde, com refeições, períodos de descanso e atividades diversificadas (Nascimento; Santos, 2022 p. 152).

A PAE do IFS enxerga o discente como um ser social, que faz parte de uma rede de relações que impactam no seu cotidiano, na sua permanência e êxito, dentro e fora da escola,

potencializando dentre outros aspectos, o capital cultural do seu público em geral (discentes em posições sociais distintas). De acordo com Bourdieu (2007), o capital cultural remete aos conhecimentos e saberes acumulados e vivenciados pelo indivíduo no decorrer da vida, tanto no âmbito das relações sócio familiares quanto institucionais.

A PAE do IFS é efetivada pelo PRAAE, mediante ações universais e específicas dos projetos, linhas de ações e serviços, sob execução das Coordenadorias e Equipes de Assistência Estudantil lotadas nos Campi, sob acompanhamento da Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE). As ações universais abarcam a todos os estudantes independentemente de apresentarem ou não situação de vulnerabilidade socioeconômica, já as ações específicas, dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pelo estudante.

As **ações universais** abarcam a todos os estudantes independentemente de apresentarem ou não situação de vulnerabilidade socioeconômica, já as ações específicas, dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pelo estudante. Assim como a situação de vulnerabilidade socioeconômica é caracterizada e percebida como ausência, privação ou fragilidade de fatores relacionados a necessidades básicas ligadas à saúde, educação, renda, família, moradia, saneamento básico dentre outras atreladas aos direitos fundamentais humanos.

Com base na PAE IFS (Resolução 37/2017/CS/IFS), fazem parte das ações universais do PRAAE :

Bolsa de incentivo ao Êxito Acadêmico, consiste na concessão bimestral de um valor monetário pré-estabelecido, com a finalidade de promover a redução do índice de retenção e evasão de estudantes do IFS. [...] Bolsa monitoria de nível médio e superior através da adoção de novas práticas e experiências pedagógicas, que visem a fortalecer a articulação teórico-prática e a integração curricular em seus diversos aspectos, com vistas a promover a cooperação mútua entre discentes e docentes, sendo de competência da PROEN a abertura dos editais. [...] A atenção psicossocial e pedagógica visa à promoção do desenvolvimento de ações e projetos de caráter interdisciplinar, de natureza preventiva e interventiva, que redundará no bemestar biopsicossocial, possibilitando reflexões sobre equidade, diversidade étnico-racial, gênero, religião, orientação sexual, idade, dentre outras questões relativas, demandadas pelo contexto no qual o estudante está inserido. [...] Inclusão Digital, diz respeito ao processo de democratização do acesso às tecnologias de informação de modo a permitir a inserção de todos na sociedade da informação, objetivando: possibilitar a inserção dos estudantes nas novas tecnologias no âmbito do IFS; colaborar na aquisição de tecnologias assistivas a fim de atender os estudantes com necessidades específicas; fomentar a criação de laboratórios e ambientes de uso comum aos estudantes com acesso à internet sem fio; promover a conscientização do uso responsável e ético dos meios tecnológicos. [...] Auxílio Financeiro para participação em eventos, tem natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural que contribuirá para a formação

do estudante em sua totalidade, bem como para seu desempenho na instituição. As ações de apoio às pessoas com necessidades específicas deverão cumprir as legislações referentes à Educação Inclusiva e Regimento Interno dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), atendendo demandas dos estudantes com necessidades específicas no IFS, contribuindo com a efetivação das condições de permanência e êxito. [...] Alojamento Estudantil será ofertado para estudantes do nível médio técnico integrado em regime de residência, desde que haja estrutura e interesse da administração do campus. [...] O Serviço Refeitório do IFS tem função social e não visa lucros para o IFS e tem por finalidades oferecer à comunidade estudantil uma alimentação balanceada que atenda às necessidades nutricionais de seus usuários e propiciar aos estudantes condições de permanência na instituição. Este serviço poderá ser prestado por empresa terceirizada ou oferecido pelo refeitório do próprio campus (IFS, 2017, p. 15-23).

Já as ações específicas do PRAAE do IFS, conforme Resolução 37/CS/2017 compreendem: Auxílio Permanência Estudantil mediante a “Concessão de um valor monetário mensal, com a finalidade de contribuir com despesas relacionadas à alimentação, transporte, creche, impressão e fotocópia, dentre outras despesas para a permanência dos estudantes na instituição” (IFS, 2017, p. 25).

O Auxílio Eventual é referendado pela Resolução nº 29/2017/CS/IFS. Suas características são apresentadas no artigo 1º “[...] tem caráter temporário e/ou emergencial e consiste, na concessão de repasse financeiro a estudantes regularmente matriculados no IFS, para custear despesas específicas, com a finalidade de propiciar a permanência e êxito dos mesmos nesta instituição” (IFS, 2017).

Parágrafo Único. Entende-se por emergencial um fato de surgimento inesperado que acarrete um problema e altere, prejudique e ameace a tranquilidade e o bem-estar do estudante ou sua família, necessitando de intervenção imediata. Entende-se por eventual temporário, transitório, não permanente, passageiro, esporádico.

O Auxílio aos Estudantes de Educação de Jovens e Adultos/PROEJA trata-se da “concessão de valor monetário mensal de até 50% do salário mínimo, aos estudantes matriculados nos cursos da modalidade PROEJA, considerando a disponibilidade orçamentária” (IFS, 2017, p. 26). Enquanto o Auxílio de Material e de Fardamento refere-se à “concessão de fardamento escolar e de materiais didáticos e/ou técnicos, garantindo um melhor desempenho das atividades acadêmicas aos estudantes assistidos” (IFS, 2017, p. 26).

O Auxílio Residência é a “concessão de um valor monetário mensal para estudantes que sejam procedentes de outra cidade e/ou estado diferente do município no qual o campus

está localizado, objetivando auxiliar nas despesas com aluguel de residência”. Enquanto a Bolsa Trainee refere-se à “concessão de um valor monetário mensal ao estudante que desenvolve atividades que possibilitam a indissociabilidade entre teoria e prática, potencializando os conhecimentos científicos, técnicos e epistemológicos apreendidos no curso” (IFS, 2017, p. 26).

Os auxílios e bolsas referentes às ações específicas, em sua maioria são publicados em editais, (a exceção do auxílio eventual) sendo os cadastros dos discentes inscritos nestes editais submetidos a **estudo socioeconômico** realizado por assistentes sociais do IFS, referente à situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentada, levando em consideração de acordo com a PAE IFS (Resolução 37/2017/CS/IFS): o grupo familiar do estudante tendo como referência o tipo de arranjo familiar, número de membros, conflitos familiares, situação de violência; as condições de trabalho do estudante e/ou familiares condições de trabalho, referendando vínculo de trabalho, atividade geradora do vínculo/renda, local e condições de trabalho; renda familiar per capita igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo e ½ (meio) vigente.

Conforme decreto do PNAES, nº 7.324, de 19.07.2010; as despesas da família com habitação, saúde, alimentação, transporte; membros da família beneficiários em programas sociais de transferência de renda e/ou serviço socioassistencial; histórico acadêmico do estudante, considerando escola de origem, se bolsista/cotista, defasagem idade/série, interrupção do estudo; condições de saúde da família e do estudante, caracterizados por comprovação de deficiência, tratamentos de doenças crônicas e/ou degenerativas, uso contínuo de medicação; pessoas da família diagnosticadas com doenças crônicas ou degenerativas e pessoas com deficiência; condições habitacionais, referente a condições sanitárias, da moradia, localização, estrutura, posse ou não de imóvel, dentre outros.

A operacionalização das ações universais e específicas do PRAAE do IFS conta diretamente com as equipes multidisciplinares existentes nas Coordenações de Assistência Estudantil (COAEs/CAEs) dos campi e setores relacionados à assistência estudantil. Assim, conforme demonstrado na figura 10, os assuntos relacionados à Política de Assistência Estudantil do IFS e sua efetivação mediante o PRAAE na página web instituição (www.ifs.edu.br) aparecem, no formato de resoluções e leis, o que não estimula o estudante a acessar as informações.

Figura 4 - Página da Web do IFS



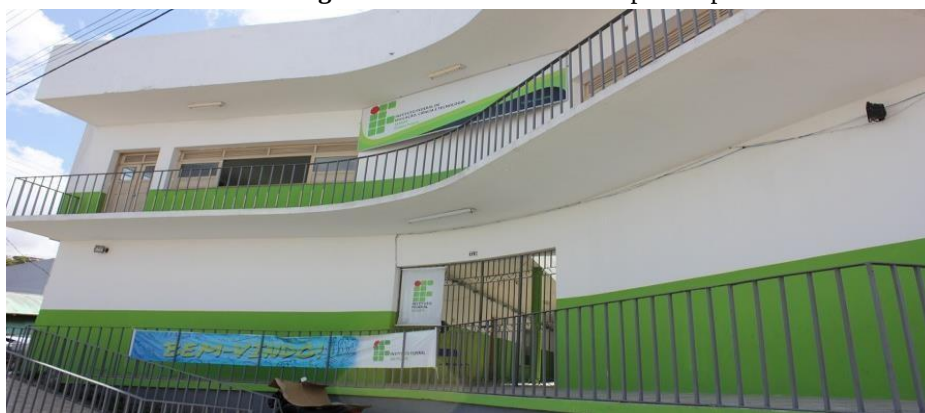
Fonte: IFS (2022).

2.5 Instituto Federal de Sergipe - Campus Propriá e o PRAAE

O Campus Propriá faz parte da terceira fase do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, **tendo iniciado suas atividades no ano de 2014**, no antigo prédio da Escola Técnica do Comércio, situado na Rua Rotary, 330, no centro da cidade, apresentado na figura 11. Atualmente em sede definitiva desde 29/04/2022 está localizado na Br 101, Km 05 conforme figura 12

.Apresenta como diretor-geral o Prof. José Luciano Mendonça Moraes. Conta com dois cursos de eixo tecnológico, que funcionam nos turnos vespertino e noturno: Manutenção e Suporte em Informática (MSI) - curso técnico de nível subsequente com 83 alunos e Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) - curso tecnológico de nível superior com 99 alunos. Os dados quantitativos de estudantes teve como base levantamento realizado no semestre 2024.1 de acordo com dados extraídos do SIGAA.

Figura 5 - Sede Inicial do Campus Propriá



Fonte: IFS (2017).

Figura 6 - Sede Definitiva do Campus Propriá



Fonte: Acervo Vítor Vilas Bôas

Com base no artigo 6º do **Regimento Interno do Campus Propriá** na Resolução nº 57/2017/CS/IFS, sobre o seu funcionamento: “O Campus Propriá, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação, está instalado na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe, com foro na Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, sendo parte da estrutura do IFS, sendo a Reitoria o órgão executivo do Instituto” (IFS, 2017a).

Ainda seguindo o **Regimento Interno**, seção Dos Objetivos, Título III, artigo 10 está posto: “O campus Propriá tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria” (IFS, 2017a).

Quanto à Estrutura Organizacional, no Título IV do Regimento Interno do Campus Propriá, está posto no Art. 11.

I. DIREÇÃO GERAL (DG)

- a) Gabinete da Direção Geral (GAB);
- b) Assessoria de Comunicação Social e Eventos (ASCOM);
- c) Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI);
- d) Coordenadoria de Planejamento (COPLAN).

II. GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO (GADM)

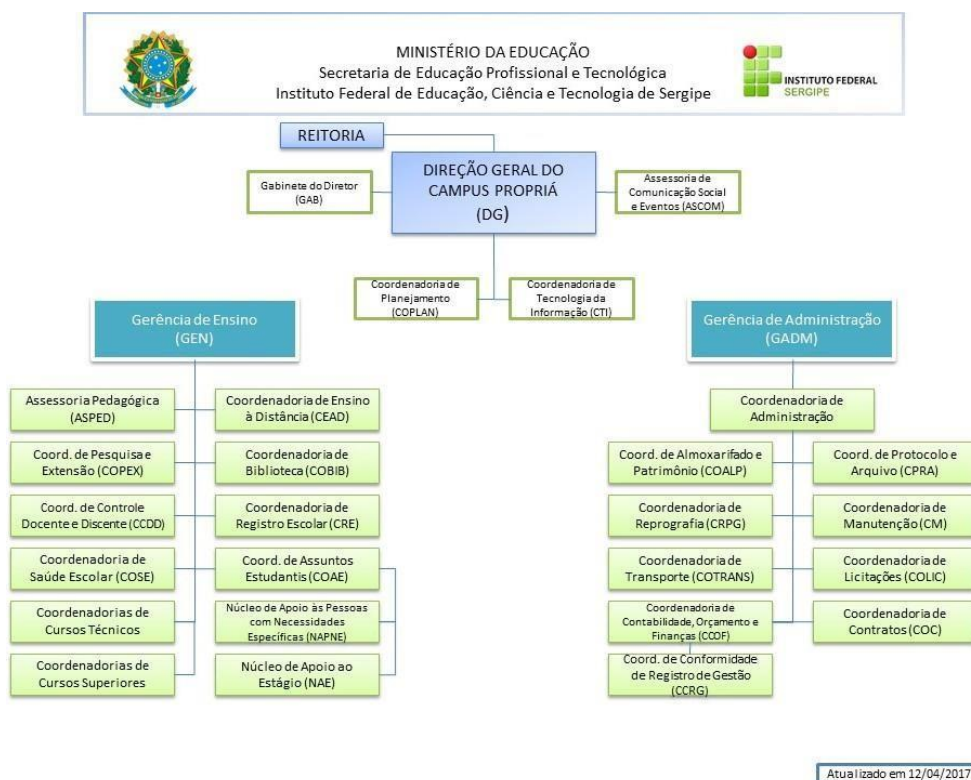
- a) Coordenadoria de Administração (CAD); i. Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (COALP); ii. Coordenadoria de Protocolo e Arquivo (CPRA); iii. Coordenadoria de Produção Gráfica (CPG); iv. Coordenadoria de Manutenção (CM); v. Coordenadoria de Transporte (COTRANS); vi. Coordenadoria de Licitações (COLIC); vii. Coordenadoria de Contratos (COC);
- b) Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças (CCOF); i. Coordenadoria de Conformidade de Registro de Gestão (CCRG);

III. GERÊNCIA DE ENSINO (GEN)

- a) Assessoria Pedagógica (ASPED);
- b) Coordenadoria de Biblioteca (COBIB);
- c) Coordenadoria de Ensino à Distância (CEAD);
- d) Coordenadoria de Controle Docente e Discente (CCDD);
- e) Coordenadoria de Registro Escolar (CRE);
- f) Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX);
- g) Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE);
- h) Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
- i) Núcleo de Apoio ao Estágio (NAE)
- j) Coordenadoria de Saúde Escolar (COSE);
- k) Coordenadorias dos Cursos Técnicos;
- l) Coordenadorias dos Cursos Superiores;

Regimento Interno – Campus Propriá

Figura 7 - Organograma Campus Propriá



Fonte: IFS (2024).

A Política de Assistência Estudantil do Campus Propriá, é referenciada no Setor de Coordenação de Assuntos Estudantis (COAE), que conta em sua composição com: 1 Coordenador; 1 Assistente Social e 1 Psicóloga. Conforme artigo 61 do Regimento Interno do Campus Propriá, são suas atribuições:

I. Proporcionar apoio psicossocial e pedagógico aos estudantes; II. Planejar, executar e avaliar os programas e projetos relacionados à assistência estudantil; III. Promover ações de acolhimento e acompanhamento aos estudantes; IV. Propor diálogos e reflexões sobre temáticas transversais; V. Propor ações de incentivo e fomento à inclusão, cidadania e à diversidade; VI. Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de articulação e participação no âmbito escolar; VII. Estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático; VIII. Colaborar com as ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE; XIV. Sugerir parcerias com as instituições ligadas à Rede de Atendimento Assistencial; X. Encaminhar à DIAE, o planejamento anual das ações da Coordenadoria, bem como a proposta orçamentária; XI. Desempenhar outras atividades e competências delegadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis da Reitoria – DIAE; XII. Desempenhar outras atividades correlatas ou afins (IFS, 2017a).

A COAE do Campus Propriá, atua diretamente com todos os setores da Gerência de Ensino, para execução e validação da Política de Assistência Estudantil por meio do PRAAE, tanto no desenvolvimento das ações universais como em demandas relacionadas às ações específicas. De novembro de 2014 (período em que foram iniciadas as atividades acadêmicas no Campus Propriá, a 2023 ano em que foi realizado o recorte desta pesquisa, foram realizadas/e ou concedidas, as ações abaixo:

- **Auxílio Permanência Estudantil**, em edital de cadastramento (para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que esteja pleiteando o auxílio pela primeira vez) e em edital de atualização (para estudantes que já recebem o auxílio e por permanecerem em alguma situação de vulnerabilidade solicitam permanência no auxílio). Em ambos os casos, são divulgados editais específicos no site do IFS, afixados em murais do Campus e realizadas orientações referente a finalidade do edital e orientações sobre inscrição e documentação necessária (esse processo é realizado pela Coordenação e Equipe Multidisciplinar da COAE - Assistente Social e Psicóloga. As inscrições são submetidas a estudo socioeconômico realizado pela Assistente Social do Campus;
- **Bolsa Trainee** para estudantes desenvolverem atividades profissionais relacionadas aos conhecimentos científicos, técnicos apreendidos no curso;
- **Inclusão Digital** com a disponibilização dos computadores com acesso a internet (na Biblioteca do Campus) à comunidade acadêmica (nos turnos matutino, vespertino e noturno) para realização de estudos e pesquisas. Ainda na seara da Inclusão Digital devem ser registradas que foram concedidos chips (de operadoras telefônicas), auxílio para compra de pacotes de internet e empréstimos de tablets educacionais no período pandêmico em virtude da COVID-19, objetivando o acompanhamento e permanência dos estudantes durante o isolamento domiciliar exigido.
- **Auxílio Material e Fardamento** mediante concessão de camisas, calças, tênis e kit escolar aos estudantes requerentes e/ou inscritos mediante edital;
- **Benefício Eventual** disponibilizado após acolhimento da demanda apresentada pelo requerente, com realização de análise socioeconômica e visita domiciliar pela Assistente Social do Campus para fomentar a elaboração do parecer social referente a situação emergencial apresentada.

- **Bolsas Monitoria de nível médio e superior** a estudantes que foram selecionados para promoverem articulação entre teoria e prática e a cooperação mútua entre discentes e docentes no desempenho de suas atividades técnico-didáticas; O Auxílio Arte e Cultura,Esporte e Lazer para estudantes que ministram aulas ou oficinas a outros estudantes nos eixos da arte,cultura ,esporte ou lazer ;
- **Projeto Partilhando Saberes** com discentes que formaram dupla (partilhador e participante) com colegas que encontravam-se em situação de rendimento escolar abaixo da média institucional e foi conseguido êxito do participante,sendo aumentada a sua média na disciplina escolhida;
- **Auxílio Financeiro para participação em Eventos** fomentando e potencializando oportunidades de novos conhecimentos e experiências aos estudantes em eventos externos ao Campus de origem;
- **Projeto Jornada de Assuntos Estudantis** com objetivo de avaliação da Política de Assistência Estudantil e proposituras com relação às ações de assistência estudantil vivenciadas. As Jornadas Regionais do Campus Propriá são realizadas com o Campus Glória(em virtude da proximidade geográfica). Na primeira edição, a regional foi realizada no Campus Propriá, que agregou em suas instalações seus estudantes e os estudantes de Glória. Na segunda edição, os estudantes do Campus Propriá foram recebidos no Campus Glória.
- **Projeto Arte,Cultura,Esporte e Lazer** ,destacando ações relacionadas aos povos indígenas e africanos, tratados nas Rodas de Conversa encabeçadas pela COAE e sua equipe multidisciplinar ,com parcerias com outros setores da Gerência de Ensino (Assessoria Pedagógica, Coordenação da Biblioteca, NAPNE); Acompanhamento de Projetos liderados por estudantes selecionados(via edital) para realizarem atividades no campo artístico,cultural,esportivo e de lazer com seus colegas,proporcionando aos estudantes selecionados o auxílio bolsa arte,cultura,esporte e lazer.
- **Projeto Educação, Saúde e Cidadania**, atividades realizadas por setores inseridos à GEN (COAE, COBIB, ASPED, NAPNE) e vinculadas a parcerias com setores internos do IFS, como Coordenação de Saúde Escolar (COSE).
- **Atenção Psicossocial e Pedagógica**, realizadas diariamente, através de demandas espontâneas (estudante diretamente ao setor ou profissional de interesse), encaminhamentos internos ou externos , acompanhamentos realizados por Psicóloga,

Assistente Social e Pedagogo com relação à frequência escolar e rendimento e atendimentos individuais ou em ações grupais.

- **Ações de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas**, mediante acolhimento, orientações e acompanhamento na trajetória acadêmica, em parceria com a Equipe Multidisciplinar que compõe o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a concepção do PRAAE com os estudantes da turma 2022.1 do curso de nível superior de Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) do IFS, Campus Propriá, e visando contribuir com a percepção estudantil sobre sua amplitude e sua abrangência, foi necessário estabelecer uma trajetória metodológica como estratégia de ação a ser percorrida. Segundo Minayo (2007, p. 14), a respeito do significado de metodologia, entende-se que:

[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade) [...].

O estudo aqui proposto é classificado prioritariamente como pesquisa de abordagem qualitativa, se utilizando também de instrumentais quantitativos, o que lhe confere a denominação de quali-quantitativo no que diz respeito à sistematização, análise e tratamento de dados. Sobre a abordagem qualiquantitativa respeitadas cada etapa processo e análises, Minayo (2007, p. 247) afirma:

[...] se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.

A **pesquisa** qualitativa, conforme Sad (2011, p. 113):

[...] necessita conhecer acerca de valores humanos, de percepções, motivações e interpretação de relacionamentos políticos, sociais e culturais – sendo esses elementos não quantificáveis –, procurando observar e escutar os sujeitos relacionados à sua pesquisa para argumentar e julgar a validade dos conhecimentos produzidos [...].

Para a análise dos dados qualitativos obtidos nesta pesquisa, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo sugerida por Bardin (2011). Além disso, foi utilizado a análise estatística descritiva para tratar os dados significativos através de números e porcentagem expressos em gráficos. Já a pesquisa quantitativa, conforme Dendasck ([2020]).

[...] tem como principal objetivo a verificação estatística de uma hipótese a partir de dados concretos e quantificáveis, isto é, por meio de números. [...] busca levantar dados sobre determinado objeto de estudo, [...] Um dos aspectos mais importantes para se desenvolver uma boa pesquisa quantitativa é a definição de uma amostragem de pesquisa que seja representativa para o grupo sobre o qual o estudo se baseia, pois isso fará com que reflexões muito ricas agreguem dados valiosos para o seu trabalho acadêmico.

De forma complementar, este estudo possui natureza aplicada, que segundo Gerdhat e Silveira (2009, p. 35) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” O que vincula-se à essência do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica quando da obrigatoriedade de desenvolvimento e aplicação de um produto educacional gerado a partir de um problema carente de intervenção em espaço tecnológico de educação profissional.

No que se refere aos objetivos a serem alcançados utiliza a metodologia de caráter exploratório, tendo no estudo da arte um exemplo de técnica no quesito exploratório e bibliográfico. Para Gil (2002, p. 41):

[...] o caráter exploratório têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições [...].[...] na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso [...].

Quanto ao caráter descritivo, Gil (2022, p. 42) aponta que:

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto ao procedimento para coleta de dados, esta pesquisa classifica-se como pesquisa de **estudo de Caso**, que de acordo com Yin (2015, p. 3), afirma que

[...] em ciências sociais é uma ação desafiadora, contudo, pautando - se em um caminho metodológico rigoroso, que tem início com a revisão minuciosa da literatura e com a indicação criteriosa das questões ou da pesquisa se consiga um resultado satisfatório no processo investigativo.

Para abordagem e tratamento do objeto de estudo, utilizou-se como procedimento, das Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental. Severino (2013) assevera que “A *pesquisa bibliográfica* é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Quanto a análise documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a dos questionários. De acordo com Gil (2016), é possível conceituar a ferramenta como

a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

3.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi executada no IFS Campus Propriá, situado na BR 101, Km 5, apresentado na figura 12. A escolha deste Campus deu-se por ser o local de trabalho da pesquisadora, onde a mesma colocou em prática a pesquisa e a aplicação do Produto Educacional. Para que houvesse autorização com relação ao local da pesquisa, foi encaminhado e-mail institucional para a Direção Geral, informando o objetivo da pesquisa.

Figura 8 - Área da Pesquisa



Fonte: IFS (2022).

3.2 Sujeitos da Pesquisa

O Campus Propriá oferece atualmente dois cursos, sendo um na modalidade de nível médio subsequente e o outro na modalidade de nível superior. Para esta pesquisa, optou-se por trabalhar com o curso de Gestão da Tecnologia da Informação de 2022.1 por ser uma turma constituída por estudantes que são atendidos por ações específicas (que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica) e por estudantes atendidos no momento por ações universais, sendo este o critério de inclusão.

Atualmente a turma escolhida conta com 11 estudantes ativos conforme cadastro disponível no SIGAA. Deste número, se disponibilizaram a participar da pesquisa 09 estudantes. Os dois que não participaram foram convidados, entretanto, um não participou dos momentos de aplicação dos questionários e o outro por questões relacionadas ao trabalho não estava assíduo ao curso.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Destacaram-se como instrumentos de coleta e abordagem nesta pesquisa: As Pesquisas bibliográficas que fundamentaram teoricamente a pesquisa, a análise documental das resoluções, documentos, instruções normativas, bem como a aplicação de questionários (ver APÊNDICE A e B).

Os questionários com perguntas fechadas e abertas, compostos cada um por 09 (nove) perguntas, visaram: a compreensão referente a percepção dos estudantes quanto ao PRAAE e o estabelecimento de estratégias que possam contribuir com a compreensão deste programa, e o outro a verificação quanto à aplicabilidade do produto educacional no formato de cartilha digital.

3.4 Análise dos Dados

Para a análise dos dados obtidos nesta pesquisa, utilizou-se da proposta sugerida por Bardin (2011) em seu livro análise de conteúdo, no que se refere às etapas de organização, codificação e categorização. Para esta autora, a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das

mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Para Bardin, a técnica de análise de conteúdo visa analisar o que foi colhido durante o processo de investigação que apresenta relação com o objeto de estudo. Nesse processo técnico, o material coletado passa por 3 fases: Pré-análise, Exploração do Material e Tratamento dos Dados.

Na pré-análise, o pesquisador fará a organização e leitura do material a ser analisado, formula hipóteses e cria indicadores relacionados à temática da pesquisa que embasarão a interpretação final. Na fase da Exploração do Material, os elementos significativos à pesquisa serão categorizados possibilitando e facilitando as interpretações. A fase final, compreendida como Tratamento dos Dados diz respeito a validação dos dados significativos por meio de expressões, relacionando-os ao referencial teórico e aos indicadores da pesquisa.

O estudo realizado contou com informações obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental (citadas no corpo do texto e nas referências bibliográficas) bem como dos dados extraídos a partir da aplicação dos questionários aplicados. Quanto ao questionário 1 (ver APÊNDICE A) a intenção foi analisar a percepção dos estudantes da turma 2022.1 do curso de nível superior de Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) do IFS Campus Propriá a respeito do PRAAE do IFS para a partir desse entendimento estruturar um produto educacional acessível e atrativo referente ao conhecimento do PRAAE do IFS visando contribuir com a percepção estudantil sobre sua amplitude e sua abrangência.

O questionário 2 (APÊNDICE B) foi aplicado para avaliação e validação do produto educacional elaborado (cartilha digital), bem como para levantamento comparativo **quanto a percepção dos sujeitos da pesquisa** sobre o PRAAE. As respostas fornecidas pelos estudantes participantes da pesquisa foram analisadas e tabuladas nas categorias: **Perfil socioeconômico; Conhecimento sobre a Assistência Estudantil do IFS; Conhecimento sobre a Assistência Estudantil do IFS** (pós validação do produto educacional) e **Produto Educacional**.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão abordados e discutidos os resultados da investigação e análise dos questionários, a partir da caracterização da amostra da pesquisa nos aspectos socioeconômicos e da percepção existente quanto ao Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS.

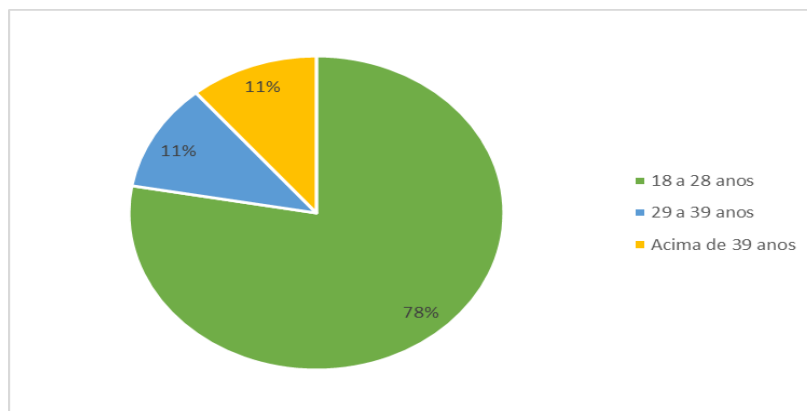
4.1 Diagnóstico

Com o projeto de pesquisa autorizado pelo Comitê de Ética foi realizado o primeiro contato com a turma de estudantes do curso de Gestão da Tecnologia da Informação do ano 2022.1 no horário de uma das aulas, para explicar o objetivo da pesquisa e ver a disponibilidade que eles teriam em fazer parte da pesquisa. No segundo encontro já com os estudantes que aceitaram participar da pesquisa, foi realizada em sala de aula, a entrega, leitura e explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e logo após esse momento foi aplicado o primeiro questionário (APÊNDICE A) quanto a percepção sobre o que é o PRAAE, sendo este questionário relacionado diretamente com o objetivo da pesquisa.

Na etapa de análise e tabulação dos dados obtidos, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo conforme considerações de Bardin (2011) e traçadas estratégias que nortearam o tipo de produto educacional que pudesse estimular a aproximação e interação dos estudantes com o significado do PRAAE do IFS. Nesta seção serão tratados os dados estatísticos e textuais obtidos no questionário (APÊNDICE A).

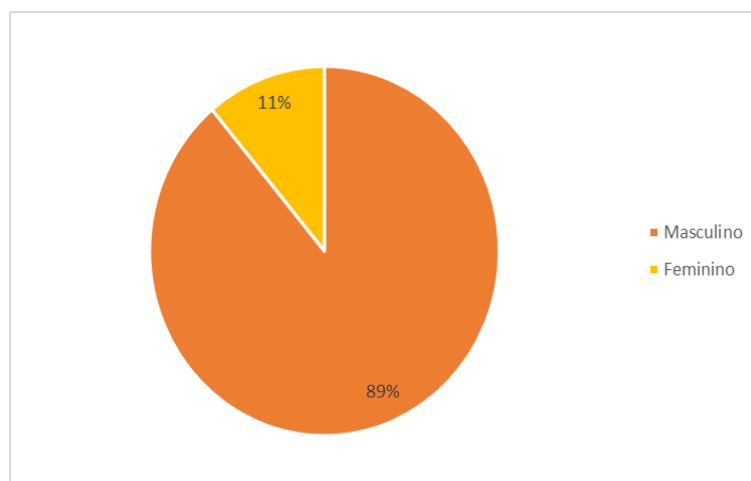
4.2 Caracterização Socioeconômica

Os dados apresentados abaixo, dizem respeito ao perfil da amostra trabalhada neste estudo, considerando a faixa etária, gênero, trajetória estudantil antes do ingresso no IFS, composição familiar, renda e inscrição em Programas de Auxílio do Governo.

Gráfico 1 - Faixa etária

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A faixa etária apresentada nos dados acima aponta para uma maioria compreendida entre 18 e 28 anos, com percentual de 78%, seguida por um empate percentual de 11% que compreende estudantes entre 29 e 39 anos, e um(a) acima de 39 anos.

Gráfico 2 - Gênero

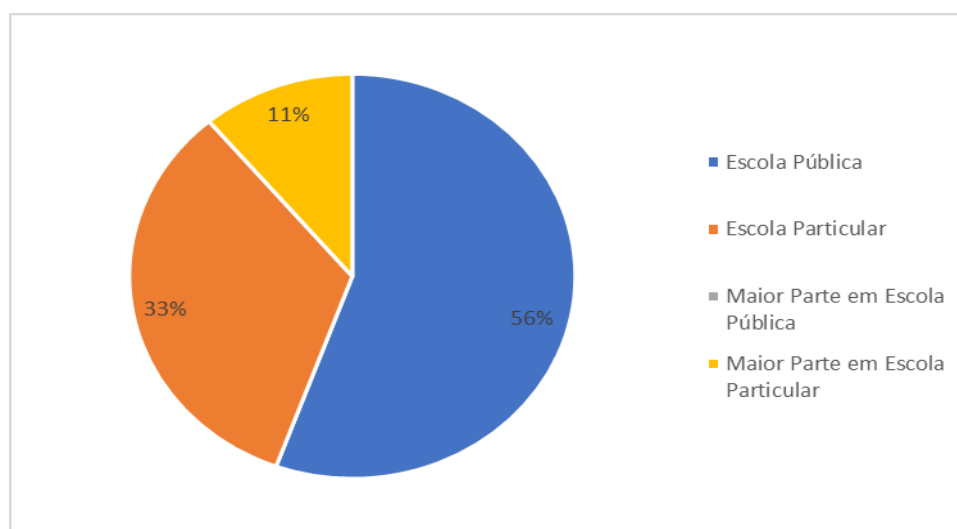
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A turma de GTI 2022.1 participante desta pesquisa é composta por 09 discentes, sendo 8 do sexo masculino, representando 89% e 1 do sexo feminino, representando 11% conforme expresso no gráfico. O que expressa uma expressiva diferença do número de homens em relação ao de mulheres.

Foi realizado levantamento via SIGAA em 09/03/2024 referente ao total de estudantes (ativos) do Curso de GTI do Campus Propriá independente do ano de ingresso e chegou-se ao quantitativo de 78 discentes. A maioria é do sexo masculino em número de 60 e 18 discentes são do sexo feminino. Lopes (2023, p. 8), assevera sobre esta discrepância na área de

Tecnologia da Informação: “A baixa presença de mulheres na área de computação no Brasil pode ser atribuída a diversos fatores, como a falta de incentivo na infância/adolescência, estereótipos de gênero associados à área, à existência de um ambiente predominantemente masculino na área, entre outros”.

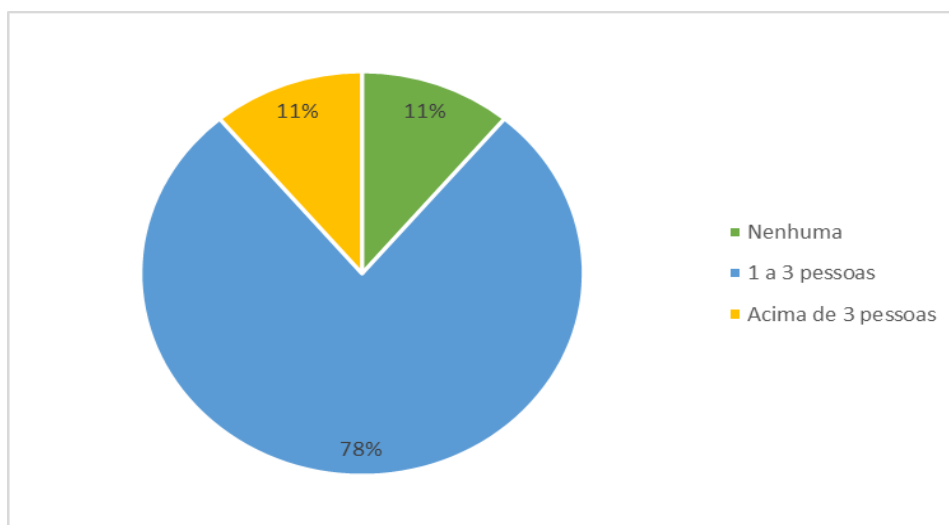
Gráfico 3 - Trajetória estudantil antes do IFS



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

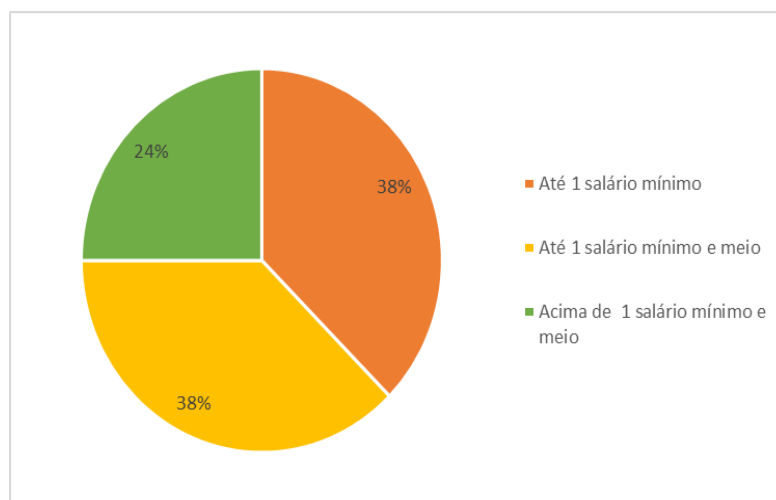
Realizada pergunta sobre a trajetória estudantil do estudante antes de ingressar no IFS, foram obtidos os seguintes resultados: Maioria oriunda de escola pública integralmente com 56%, seguida por 33% oriundos de escola particular e 11% referente a estudante que estudou em escola pública e particular sendo a maior permanência na particular. Ratifica-se então o Artigo 5º do Pnaes (Brasil, 2010), que informa que as suas ações estão voltadas “prioritariamente para estudantes oriundos de escola pública de educação básica [...], sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”.

Tal orientação abrange os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. No IFS, a Política de Assistência Estudantil por meio da efetivação do PRAAE também é voltada para todos os estudantes observados os critérios para ações universais (que não dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica) e específicas (que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica)

Gráfico 4 - Número de pessoas residentes no mesmo domicílio familiar

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quanto à pergunta referente à composição familiar, o resultado apontou para uma maioria de 78% com residências compostas de 1 a 3 pessoas, 11 % indicando residente que mora sozinho (a) e 11% informando que a composição conta com número acima de 3 pessoas.

Gráfico 5 -Renda familiar

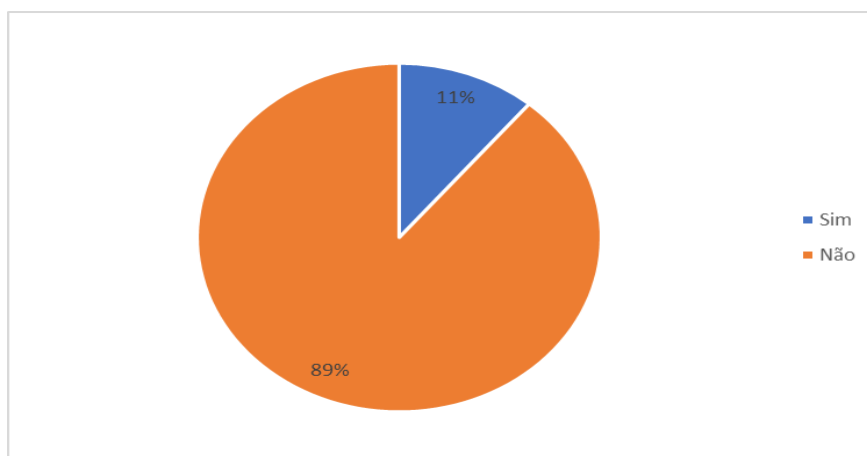
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Referente à renda familiar, 38% dos respondentes marcou rendimento mensal de até 1 Salário Mínimo e 38% assinalou rendimento mensal familiar de até 1 ½ Salário Mínimo e meio, sendo a minoria representada por 24% com renda familiar mensal acima de 1 ½ Salário Mínimo e Meio . Convém ressaltar que um estudante pertencente à amostra não escolheu nenhuma das opções do questionário. A renda familiar mensal é a soma de todos os

rendimentos obtidos por meio de atividade formal ou informal.

Considerando que o salário mínimo em maio de 2023, ano em que foi aplicado o questionário desta pesquisa, tinha o valor de R\$1.320,00 e que o artigo 7º inciso V da Constituição Federal do Brasil assegura que, o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado é capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores urbanos e rurais e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos, é importante frisar que os resultados apresentados no gráfico acima foram repassados “no valor bruto” sem as deduções com os gastos vitais básicos, o que por vezes esconde uma realidade socioeconômica bem mais precária na realidade dos estudantes.

Gráfico 6 - Inscrição em Programas de Auxílio do Governo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com relação à inscrição em Programas de Auxílio do Governo, 89% representando a maioria dos respondentes informou que não está inscrito e 11% afirmou inscrição. Os Programas de Auxílio do Governo, com transferência de renda, são direcionados para famílias ou pessoas que residam sozinhas, comprovando rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa. O cálculo da renda familiar é feito mediante soma do rendimento total e divisão pelo número de pessoas que residam na mesma residência (Brasil, 2019).

4.3 Categoria: Entendimento sobre o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS

Esta categoria está relacionada a um dos objetivos específicos deste estudo: 1- Analisar

a percepção dos estudantes da turma 2022.1 do curso de nível superior de Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) do IFS Campus Propriá a respeito do PRAAE do IFS. Para tanto, foram consideradas três perguntas realizadas no questionário (APÊNDICE A), bem como suas respostas e frequência como norteadoras nesse processo.

- **Pergunta 1** - Perguntado aos participantes da pesquisa se conheciam o PRAAE/IFS? E em caso afirmativo, registrar o que sabia a respeito.

Quadro 6 – Distribuição quantitativa sobre a pergunta 1

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	7	77,78%
Não	2	22,22%
Total	9	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A maioria dos estudantes 77,78%, informou que conhecia. Abaixo as falas registradas:

Esse programa **é voltado a ajudar** ao aluno a permanecer frequentando a instituição e auxiliá-lo em caso de dificuldade (Participante A7). Que é um programa **direcionado a estudantes do instituto em estado de vulnerabilidade econômica**, ele então auxilia na permanência desse estudantes que não tem condições por si só ou com sua família de estar frequentando os cursos ofertados pelo IFS por uma questão de dinheiro (Participante A3). Muito importante **para os alunos universitários**, tais recurso ajuda muito nas despesas em materiais, internet etc (Participante A1). Sei que é um **programa financeiro** que tem como objetivo auxiliar o aluno (Participante A9). O PRAAE inclui medidas que visam auxiliar os discentes seja com transporte, auxílio pedagógico, psicológico e até financeiro acompanhando a jornada do aluno (Participante A2). O PRAAE **auxilia os alunos que podem participar de programas do governo, como as bolsas**, auxilia estes alunos na inscrição e acompanhamento naquele programa de benefício estudantil (Participante A4). **Acho** que o PRAAE é um programa que consegue incentivar de várias maneiras os alunos da instituição a se manterem nos estudos (Participante A5).

- **Pergunta 2** - Se o estudante já participou ou participa de alguma ação do PRAAE? Em caso afirmativo informar qual(is)?

Quadro 7 – Distribuição quantitativa sobre a pergunta 2

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	4	44,44%
Não	5	55,56%
Total	9	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A resposta que mais foi registrada foi o Não, representando 55,56%. Dos que responderam de forma afirmativa ao questionamento, registraram dentre as respostas foram: “Bolsa **Permanência** A’ (Participante A1). ‘Recebo Auxílio **Permanência**’ (Participante A2). ‘**Permanência** Estudantil’ (Participante A3). ‘Auxílio permanência’ (Participante A9)”.

- **Pergunta 3** - Questionado se o estudante pode participar do PRAAE? E informar o porquê da resposta afirmativa ou negativa.

Quadro 8 – Distribuição quantitativa sobre a pergunta 3

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	6	66,67%
Não	3	33,33%
Total	9	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A maioria dos participantes (66,67%) informou que “**SIM, que poderia participar**” e dentre as respostas registradas afirmativamente:

Pois minha **composição familiar** são de duas pessoas na mesma casa e a **renda familiar** chega a 1 salário mínimo no mês (Participante A1). Porque atualmente a **renda da minha família** me permite participar e estou matriculado em um instituto federal (Participante A2). Porque eu **estou em vulnerabilidade econômica** e a **renda** lá de casa não é suficiente para me manter frequentando corretamente o IFS, por isso me encaixo (REND A BAIXA) (Participante A3). Porque o programa é voltado a ajudar os alunos a permanência no curso e a concluí-lo (Participante A7). Pois ajudaria com gastos e investimentos para continuar estudando (Participante A8). Porque ele é destinado a **alunos com baixa renda** e comprove a necessidade de recebimento (Participante A9).

Algumas das respostas registradas de quem respondeu **NÃO, que não poderia participar:**

Acredito que não posso participar por conta de alguns requisitos como **renda familiar e histórico escolar em particular** (Participante A4). Pelo fato de que já estou **envolvido com diversas atividades** na instituição (Participante A5). Apesar de não conhecer as regras, sei que tem relação com benefício ao estudante, então creio que **não me encaixo nos critérios de aceite** (Participante A6).

4.4 Validação

4.4.1 Categoria de Análise I: Percepção estudantil sobre amplitude e abrangência do PRAAE no IFS.

Nesta etapa foram consideradas seis perguntas realizadas no questionário (APÊNDICE B), bem como suas respostas e frequência após aplicação do Produto Educacional, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo conforme considerações de Bardin (2011).

- **Pergunta 4** - Perguntado aos participantes da pesquisa se enquanto estudantes do IFS, poderiam ou não participar do PRAAE, e que justificassem suas respostas:

Quadro 9 – Distribuição quantitativa sobre a pergunta 4

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	8	88,89%
Não	1	11,11%
Total	9	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A maioria dos estudantes (88,89%) ,informou que poderia, sendo em percentual maior de que quando foi realizada a mesma pergunta no questionário (ver APÊNDICE A),onde o percentual com o mesmo número de respondentes foi de 66,67%. Abaixo alguns registros :

O **PRAAE** ele serve **para todos os estudantes** matriculados no IFS (Participante A3). Porque é um programa **voltado aos estudantes independente do lado financeiro** (Participante A7). Porque **existem normas universais que englobam a todos os estudantes** (Participante A6).

Conforme Art. 1º Resolução Nº 21/2018/CS/IFS o PRAAE/IFS é um programa institucional composto por Projetos, Linhas de Ações e Serviços , destinado a atender os estudantes regularmente matriculados e os estudantes que estejam em mobilidade nacional e internacional. No âmbito da assistência estudantil, o IFS possui como documento referência o PNAES (Decreto nº 7234) que informa no § 1º do Art.3º que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I. - moradia estudantil; -
- II. - alimentação;
- III. - transporte;
- IV. - atenção à saúde;
- V. - inclusão digital;
- VI. - cultura;
- VII. - esporte;
- VIII. - creche;
- IX. - apoio pedagógico; e
- X. - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

As ações de assistência estudantil, de acordo com o Art. 4º do PNAES, serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente, ou seja, não atende somente aos estudantes do **nível superior** do ensino, tendo em vista que ao considerar as especificidades e áreas estratégicas de ensino, amplia seu raio de ação para todas as modalidades de ensino disponibilizadas nos IFs.

Por meio do Pnaes, a política de assistência é vista sob uma perspectiva de educação como direito e compromisso com a formação integral do sujeito. Por suas áreas de atuação, busca reduzir os efeitos das diferenças socioeconômicas e culturais existentes entre os membros da comunidade estudantil e favorecer o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, abrindo espaço para o efetivo exercício da cidadania (Silva, 2021, p. 41).

- **Pergunta 5** - Perguntado aos participantes da pesquisa se já tinham participado ou se participam de alguma ação do PRAAE e em caso afirmativo citá-la(s):

Quadro 10 – Distribuição quantitativa sobre a pergunta 5

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	7	77,78
Não	2	22,22
Total	9	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A maioria dos estudantes 77,78% ,respondeu afirmativamente, sendo em percentual maior do que quando foi realizada a mesma pergunta no questionário (ver ANEXO I), cujo percentual com o mesmo número de respondentes foi de 44,44%. Cabe ressaltar conforme registros abaixo que o entendimento foi ampliado,saindo apenas das ações específicas. A seguir alguns registros: “Auxílio Permanência estudantil (Participante A2). Auxílio Permanência (Participante A3). Arte e Cultura (Participante A6). Auxílio para viagem - Auxílio Financeiro para Evento (Participante A7).”

O PRAAE é um programa amplo, formado por ações universais universais, tais como: Projeto Arte Cultura, Projeto Partilhando Saberes, Auxílio Financeiro para Evento (com acesso independente da situação socioeconômica do estudante) e ações específicas, a exemplo: Auxílio Permanência Estudantil, Benefício Eventual, Auxílio Residência (com acesso dependendo da situação de **vulnerabilidade socioeconômica** vivenciada pelo estudante) que o permite está muito além de ser um **programa financeiro**.

- **Pergunta 6** - Perguntado aos participantes, o que os ajudou a compreender melhor o significado do PRAAE:

Além de participar do programa o **acompanhamento dos funcionários da COAE** (Participante A2). **Entender o quão amplo ele pode ser** (Participante A3). **Entender os objetivos do programa**, principalmente em situações específicas na qual o aluno está em vulnerabilidade socioeconômica (Participante A4). **Apresentações e palestras** mostrando os benefícios do programa (Participante A5). A **apresentação da cartilha** e explicação (Participante A6). **Os slides** da aula de hoje,tirou dúvidas e mostrou um pouco mais sobre o praae (Participante A8).

As respostas acima reúnem uma série de elementos que constituem a Política de

Assistência do IFS. Neste contexto, (Maia, 2023) afirma que:

Na Assistência Estudantil, o suporte dos profissionais da Equipe Multiprofissional é de fundamental importância, como por exemplo: apoio ao acesso aos benefícios [...], assim como orientações sobre seus direitos e deveres sobre a PAE [...]. O conhecimento da PAE do IFS é um elemento potencializador nos atendimentos, nas orientações e encaminhamentos dos discentes.

Referente às ações e estratégias de socialização e efetivação do PRAAE, são realizadas no Campus Propriá ações universais e/ou específicas mensalmente. Algumas destas ações foram citadas acima, sendo interesse da equipe que os estudantes tenham o entendimento e conhecimento de elas fazem parte do PRAAE, que é direito assegurado. Daí a utilização de mecanismos e estratégias para contribuir com este conhecimento.

- **Pergunta 7** - Perguntado aos participantes: Afinal, o que é PRAAE?

O PRAAE é o programa que a partir das políticas da PAE **realiza ações universais e específicas que visam garantir a permanência e acompanhamento do estudante** (Participante A2). O PRAAE é uma ferramenta super importante que visa garantir ao acadêmico que ele consiga realizar todo o curso de forma constante, proveitosa, sem se preocupar com algumas barreiras, pois, ele servirá de ponte para que possa-se ter todo **apoio** e manutenção do início ao fim (Participante A3). É um programa de auxílio estudantil que **permite o auxílio ao aluno em diversas situações** como moradia, auxílio financeiro e alimentação (Participante A4).

De acordo com a Resolução nº 37/2017/CS/IFS (IFS, 2017b), o PRAAE é o Programa que efetiva a PAE do IFS, cujo objetivo é assegurar ao estudante do IFS o acesso, a permanência e o êxito em seu percurso educacional, consolidando o apoio à formação integral e contribuindo preventivamente nos casos de evasão e retenção.

- **Pergunta 8** - Perguntado aos participantes: A apresentação do PRAAE no formato de cartilha digital te ajudou a conhecer melhor o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE/IFS) e sua abrangência?

Quadro 11 – Distribuição quantitativa sobre a pergunta 8

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	9	100%
Não	0	0%
Total	9	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os respondentes foram unânimes em responder afirmativamente ao questionamento, expressando inclusive algumas considerações: “**Descobri tudo que temos direito** enquanto aluno devidamente matriculado no IFS (Participante A1). Ficou **mais fácil a compreensão** (Participante A7). Sim e foi essencial e gratificante. **Quanto mais esclarecedor, melhor** (Participante A9)”.

Com base nas informações colhidas por meio de instrumento de coleta e analisadas pela técnica de análise de conteúdos, somados aos aspectos observados no cotidiano institucional, a definição de um material estratégico e acessível é extremamente relevante com vistas aos objetivos a serem alcançados.

A cartilha é um material de consulta de grande relevância, por permitir ampla disseminação de conteúdos referentes a determinado tema, compilados a partir da realização de uma pesquisa, projeto ou prática de Extensão. Por meio dela, pode-se esclarecer e divulgar ações em torno do tema do projeto desenvolvido por um indivíduo ou grupo (PUC Minas, 2016, p. 1).

- **Pergunta 9** - Perguntado aos participantes da pesquisa: Você tem alguma sugestão ou crítica a fazer com relação à Cartilha Digital do PRAAE? (Por exemplo: retirar ou acrescentar algo?)

Quadro 12 – Distribuição quantitativa sobre a pergunta 9

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	1	11,11%
Não	8	88,89%
Total	9	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A sugestão que foi fornecida, representado o percentual de 11,11% foi acolhida e explicada no momento da realização da roda de conversa.

A fase de apresentação e validação do produto educacional junto aos estudantes que participaram da pesquisa, aconteceu com a apresentação do PILOTO do produto educacional produzido, ou seja da cartilha digital, para possíveis considerações e inserções. Em sequência foi entregue o segundo **questionário** (APÊNDICE B) para avaliação pós visualização da cartilha quanto a **percepção** sobre o PRAAE e aberta uma roda de conversa sobre a atividade e considerações referente a atividade. A amostra da pesquisa contou com 9 respondentes e 1 deles fez sugestão, a mesma foi discutida no grupo e relacionada às normativas da Política de Assistência Estudantil do IFS, quanto a sua aplicabilidade.

A partir da análise acima, observa-se com a aplicação do Produto Educacional, que o mesmo possui consonância com objetivo geral deste estudo. Que ele possa ser acessado, utilizado e socializado pelos discentes e toda a comunidade acadêmica do IFS, como um instrumento prático e acessível no que diz respeito ao Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando (PRAAE). Direito adquirido desde o momento da inserção do estudante na instituição até o momento da conclusão, ratificando o acompanhamento e assistência durante a permanência e êxito.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido no Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) possui natureza aplicada, a ser desenvolvido em espaço tecnológico, sendo um requisito, dentro do percurso acadêmico do mestrando.

Para esta pesquisa, optou-se como produto educacional pela confecção de uma cartilha digital inclusiva sobre o PRAAE, utilizando-se da plataforma online de design gráfico Canva, assim como é possível ver nas figuras 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31. Por ser uma cartilha digital inclusiva, utiliza-se da proposta de Desenho Universal da aprendizagem sendo composta do recurso de audiodescrição das imagens para leitura através de leitor de tela. A audiodescrição foi realizada pela Pedagoga, Psicopedagoga e Audiodescritora Carla Pereira de Araújo (integrante do NAPNE Propriá).

A cartilha tem com base as resoluções, normas e materiais dispostos na página da Diretoria de Assistência Estudantil do IFS (DIAE) no que se refere a assistência estudantil do IFS, e o levantamento obtido a partir da análise do questionário (ver APÊNDICE A) aplicado aos discentes da turma de Gestão da Tecnologia da Informação, turma 2022.1. buscando apresentar um visual diferente do formato de resoluções e leis apresentado no site do IFS, o que não estimula o estudante a acessar as informações.

Entendemos por material educativo um objeto que facilita a experiência de aprendizado; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado. Esta definição aparentemente simples tem várias consequências. A que mais nos importa é a que diz que um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apóia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, **uma experiência de mudança e enriquecimento** em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitude etc. (Káplun, 2003, p. 46).

Neste contexto, pretende-se que esta cartilha esteja disponível também em Libras para um maior alcance em acessibilidade e que seja um instrumento de consulta prazeroso na trajetória dos discentes quanto às ações da Assistência Estudantil do IFS e de outros membros que compõe a comunidade acadêmica.

Figura 9 – Produto: capa e contracapa



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

CARTILHA SOBRE O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO AO EDUCANDO DO IFS(PRAAE).



PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Programa em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) tem como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, a escolha e produção de um tipo de produto educacional, desta forma, foi elaborada pela mestrande Aline Conceição Santos Barros, sob orientação do Prof. Dr. José Franco de Azevedo, a presente cartilha digital.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 10 – Produto: sumário

SUMÁRIO	
1-Apresentação.....	5
2-Finalidade da Política de Assistência do IFS.....	6
3-O que é o PRAAE?.....	7
4-Ações Universais do PRAAE.....	8
4.1-Quais as ações universais do PRAAE?.....	9
4.1.1-Projeto Jornada da Assistência Estudantil.....	10
4.1.2-Arte,cultura,esporte e lazer.....	11
4.1.3-Projeto Educação ,Saúde e Cidadania.....	12
4.1.4-Projeto Partilhando Saberes.....	13
4.1.5-Apoio ao estágio.....	14
4.1.6-Atenção a saúde.....	15
4.1.7-Atenção Psicossocial e Pedagógica.....	16
4.1.8-Inclusão Digital.....	17
4.1.9-Ações de Atendimento a pessoas com necessidades específicas.....	18
4.1.10-Auxílio Financeiro para participação em eventos.....	19
4.1.11-Bolsa monitoria para nível médio e superior....	20
4.1.12-Bolsa Incentivo ao Êxito Acadêmico.....	21
4.1.13-Alojamento Estudantil.....	22
4.1.14-Refeitório.....	23
5- Ações específicas do PRAAE.....	24
6-O que é vulnerabilidade socioeconômica?.....	25
7-O que é renda familiar per capita?.....	26
8-Quais as ações específicas do PRAAE?.....	27
8.1-Auxílio Permanência Estudantil.....	28
8.2-Auxílio Residência.....	29
8.3-Auxílio Material e Fardamento.....	30
8.4-Bolsa Trainee.....	31
8.5-Auxílio aos estudantes de educação de jovens e adultos.....	32
8.6-Benefício Eventual.....	33
9-PNAES e suas áreas de ação.....	35
10- Tenho direito ao PRAAE?.....	36
11-Como fico sabendo mais sobre as ações do PRAAE no meu campus?.....	37
12-QUIZZ.....	38
13- Referências Bibliográficas.....	40
14-Colaboradores.....	45

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 11 – Produto: apresentação inicial

APRESENTAÇÃO

Prezado estudante,

Esta cartilha digital foi elaborada com o objetivo de apresentar a você, informações importantes sobre o Programa de Assistência Estudantil do IFS(PRAAE), ao qual **TODO** o estudante faz parte desde a sua matrícula , por meio de ações universais e/ou ações específicas .

Esperamos que ela possa contribuir com o seu conhecimento e protagonismo a respeito de um direito que lhe é garantido, por meio da Política de Assistência Estudantil do IFS, e para potencializar esse conhecimento acesse no site do IFS as legislações referente a assistência estudantil na íntegra.



5



ESTUDANTE , ANTES DE CHEGARMOS NA DEFINIÇÃO SOBRE O QUE É O PRAAE, É PRECISO SABER QUE O IFS TEM UMA **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL(PAE) PARA VOCÊ , CUJA FINALIDADE É:**

Atender a **TODOS** os estudantes regularmente matriculados, independentemente de sua situação socioeconômica, visando a ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo, através do **PRAAE.**



6

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 12 – Produto: definição de PRAAE

MAS AFINAL, O QUE É O PRAAE?

É o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do Instituto Federal de Sergipe, que coloca em prática a Política de Assistência Estudantil do Instituto, por meio de AÇÕES UNIVERSAIS e AÇÕES ESPECÍFICAS.

A group of five young adults (three men and two women) of diverse ethnicities are standing in a row. They are all holding white rectangular signs with a large black question mark on them. They have expressions of confusion or uncertainty on their faces. The background is a simple gradient of light green and white. In the bottom right corner of the image, there is a small black number '7'.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 13 – Produto: ações universais do PRAAE



QUAIS AS AÇÕES UNIVERSAIS DO PRAAE ?



Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 14 – Produto: ações universais 1 e 2

1- PROJETO JORNADA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS;

- É um espaço onde estudantes do IFS refletem, dialogam e avaliam as ações da assistência estudantil, que ocorreram durante o ano nos campi, objetivando aprimoramento e melhoria dos serviços prestados à comunidade discente.
- A proposta é que aconteça a cada 2 anos.



10

2 - ARTE,CULTURA, ESPORTE E LAZER:

- São ações institucionais voltadas à formação integral do estudante para o desenvolvimento de suas potencialidades no percurso acadêmico do IFS;
- Abordam também projetos cuja autoria sejam de estudantes selecionados via Edital, com ações voltadas para o desenvolvimento/promoção da arte, cultura, esporte e lazer , gerando direito ao Auxílio Arte, Cultura, Esporte e Lazer.



11

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 15 – Produto: ações universais 3 e 4

3- PROJETO EDUCAÇÃO, SAÚDE E CIDADANIA:

- Consiste na promoção de ações educativas nas áreas acima, através da realização de palestras, oficinas, feiras, entre outras.



12

4- PROJETO PARTILHANDO SABERES:

- Prática que objetiva sensibilizar os estudantes para ações solidárias no processo de ensino-aprendizagem;
- Necessita da participação de duplas de estudantes (estudante partilhador e estudante participante);
- Ao final do semestre a dupla receberá uma bolsa financeira, caso o estudante participante alcance a média proposta pelo IFS;
- Esta bolsa é divulgada por meio de editais elaborados pela PROEN e divulgado nos campi.



13

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 16 – Produto: ações universais 5 e 6

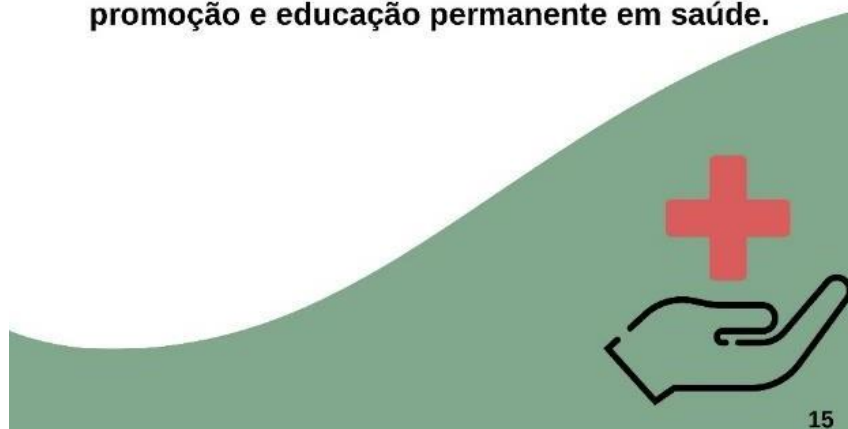
5- APOIO AO ESTÁGIO:

- Objetiva facilitar o acesso dos estudantes a organizações governamentais e não governamentais interessadas em disponibilizar oportunidades de estágio;
- Para maiores informações procure o Núcleo de Apoio ao Estágio (NAE) do seu campus.



6-ATENÇÃO A SAÚDE:

- São as ações e serviços de caráter universal e biopsicossocial, oferecidos aos estudantes do IFS, prioritariamente nas áreas de prevenção, promoção e educação permanente em saúde.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 17 – Produto: ações universais 7 e 8

7-ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICA;

- Tem por finalidade acompanhar os estudantes em seu desenvolvimento integral, a partir de demandas diagnosticadas no cotidiano institucional ;
- Deverá contar com uma equipe interdisciplinar mínima de pedagogo e/ou técnico em assuntos educacionais, assistente social, psicólogo, assistente de aluno, assistente e/ou auxiliar em administração.



16

8-INCLUSÃO DIGITAL;

É o nome dado ao processo de democratização no IFS do acesso às tecnologias de informação, objetivando:

- A inserção dos estudantes em novas tecnologias no âmbito do IFS;
- A aquisição de tecnologias assistivas para atender estudantes com necessidades específicas;
- A criação de laboratórios e ambientes de uso comum com acesso à internet;
- A promoção do uso responsável e ético dos meios tecnológicos.



17

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).).

Figura 18 – Produto: ações universais 9 e 10

9-AÇÕES DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.

- Voltadas a efetivação de condições de permanência e êxito dos estudantes com necessidades específicas, pondo em prática, as legislações referentes à Educação Inclusiva e ao Regimento Interno dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IFS (NAPNEs);
- Todos os Campi possuem um NAPNE;



18

10-AUXÍLIO FINANCEIRO PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS;

- É voltado para eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural contribuindo para a formação do estudante em sua totalidade;
- O requerimento do Auxílio Financeiro para participação em evento deve ser feito junto ao setor de Assistência Estudantil de cada Campus, com no mínimo 01(um) mês de antecedência, com a apresentação da documentação comprobatória do evento em que pretende participar;
- Depende de disponibilidade orçamentária.



19

Figura 19 – Produto: ações universais 11 e 12

11-BOLSA MONITORIA DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR;

- Atividade desenvolvida cuja finalidade é a cooperação mútua entre estudantes e professores através da adoção de novas práticas e experiências pedagógicas.
- Os estudantes monitores receberão uma retribuição financeira sob forma de bolsa.
- Esta bolsa é divulgada por meio de editais elaborados pela PROEN e divulgado nos campi.



20

12-BOLSA INCENTIVO AO ÊXITO ACADÊMICO:

- É a concessão bimestral de um valor monetário pré-estabelecido em Edital, com a finalidade de promover a redução do índice de retenção e evasão de estudantes.
- Leva em consideração a frequência e o rendimento escolar do estudante ;



21

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 20 – Produto: ações universais 13 e 14

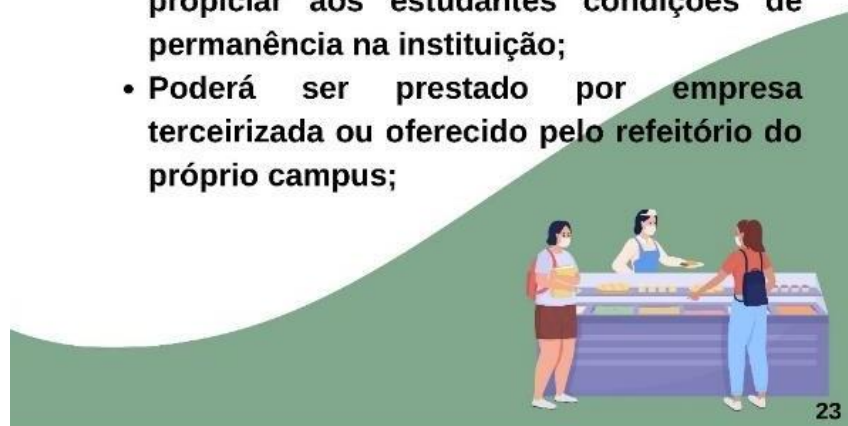
13- ALOJAMENTO ESTUDANTIL:

- Ofertado para estudantes do nível médio técnico integrado em regime de residência, desde que haja estrutura e interesse da administração do campus.



14-REFEITÓRIO

- Tem função social, não visando lucros ao IFS apresentando como finalidades, o oferecimento de uma alimentação balanceada que atenda às necessidades nutricionais de seus usuários ,além de propiciar aos estudantes condições de permanência na instituição;
- Poderá ser prestado por empresa terceirizada ou oferecido pelo refeitório do próprio campus;



Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 21 – Produto: o que é vulnerabilidade socioeconômica e renda familiar per capita

O QUE É VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA ?

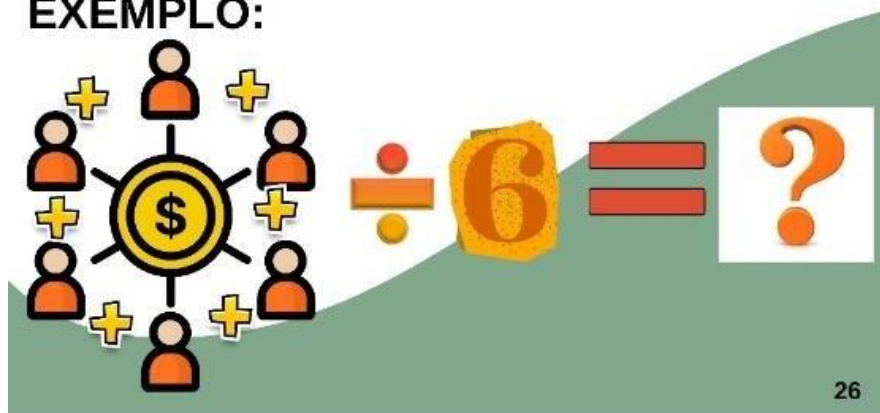
É a ausência, carência ou incerteza quanto ao acesso a necessidades básicas ligadas a condições de trabalho, educação, saúde, moradia, alimentação, vínculos familiares, entre outros, causando fragilidade pessoal.



O QUE É RENDA FAMILIAR PER CAPITA ?

É o VALOR OBTIDO pela soma dos salários e/ou rendimentos recebidos pelas pessoas que trabalham e residem sob o mesmo teto, DIVIDIDO pelo número total de integrantes que componham o grupo familiar.

EXEMPLO:



Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 22 – Produto: ações específicas do PRAAE

QUAIS AS AÇÕES ESPECÍFICAS DO PRAAE ?



27

AÇÕES ESPECÍFICAS DO PRAAE

São os auxílios financeiros e bolsas voltados ao estudante que esteja em situação de **vulnerabilidade socioeconômica:**

- Necessitam de estudo socioeconômico realizado por Assistente Social;
- Destinadas, prioritariamente, para atender às necessidades de estudantes cuja **renda familiar per capita** seja de até um salário mínimo e meio vigente.



24

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 23 – Produto: ações específicas 1 e 2

1- AUXÍLIO PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

- Valor monetário mensal com finalidade de contribuir com despesas relacionadas à alimentação, transporte, creche, impressão e fotocópia, dentre outras despesas para a permanência dos estudantes na instituição.
- É divulgado em Edital das Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica.



28

2- AUXÍLIO RESIDÊNCIA

- Valor monetário mensal para estudantes que sejam procedentes de outra cidade e/ou estado diferente do município no qual o campus está localizado, objetivando auxiliar nas despesas com aluguel de residência;
- É divulgado em Edital das Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica.



29

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 24 – Produto: ações específicas 3 e 4

3-AUXÍLIO MATERIAL E FARDAMENTO:

- Concessão de fardamento escolar e de materiais didáticos e/ou técnicos, garantindo um melhor desempenho das atividades acadêmicas aos estudantes assistidos;
- Em caso de indisponibilidade orçamentária para atender a totalidade dos estudantes com solicitação deferida, dar-se-á prioridade aos estudantes do nível médio integrado e subsequente, respectivamente;



30

4- BOLSA TRAINEE:

- Valor monetário mensal ao estudante que desenvolve atividades que possibilitam a indissociabilidade entre teoria e prática, potencializando os conhecimentos científicos, técnicos e epistemológicos apreendidos no curso.
- É divulgado em Edital das Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica.



31

Figura 25 – Produto: ação específica 5 e 6

5- AUXÍLIO AOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS /EJA

- Valor monetário mensal de até 50% do salário mínimo, aos estudantes matriculados nos cursos da modalidade PROEJA, considerando a disponibilidade orçamentária;
- É divulgado em Edital das Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica.



32

6- AUXÍLIO EVENTUAL:

- Concessão de repasse financeiro a estudantes regularmente matriculados no IFS para custear despesas específicas em caráter emergencial para atendimento de necessidade que esteja comprometendo a permanência e/ou êxito do estudante no IFS conforme áreas previstas no *PNAES;



33

CARTILHA PRAAE/IFS

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 26 – Produto: continuação da ação 6

- A concessão do Auxílio Financeiro Eventual está condicionada aos seguintes requisitos:

I - Disponibilidade orçamentária;

II – Apresentação de documentos que comprovem a situação de vulnerabilidade temporária e/ou eventual que justifiquem a necessidade do auxílio ;

III – Relevância do auxílio solicitado para a permanência e o desenvolvimento acadêmico do/da estudante.

Solicitação de requerimento junto ao setor de Assistência estudantil.



CARTILHA PRAE/IFS

***PNAES:** Programa Nacional de Assistência Estudantil de Instituições Federais .(Decreto 7.234 de 19/07/2010)

ÁREAS DE AÇÃO DO PNAES:

- 1-Moradia;
- 2-Alimentação;
- 3-Transporte;
- 4-Atenção a Saúde;
- 5-Inclusão Digital;
- 6-Cultura;
- 7-Esporte;
- 8-Creche;
- 9-Apoio Pedagógico;
- 10- Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais e superdotação.

35

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 27 – Produto: direito e informações sobre as ações do PRAAE

TENHO DIREITO AO PRAAE ?



SIM. O PRAAE é voltado aos estudantes que estejam regularmente matriculados nos cursos do IFS e aos que estejam em mobilidade nacional e internacional por meio de suas ações universais e/ou específicas.

36

COMO FICO SABENDO MAIS INFORMAÇÕES DAS AÇÕES DO PRAAE NO CAMPUS EM QUE ESTUDO?



EQUIPE COAE



**SITE DO IFS:
WWW.IFS.EDU.BR**



MURAIIS INSTITUCIONAIS

37

Figura 28 - Produto: Quiz



1- Relacione a primeira coluna com o tipo de ação correspondente na segunda:

1- Auxílio Permanência

Estudantil

**2- Auxílio Financeiro
para participação em
eventos**

3- Auxílio Residência

4- Auxílio Eventual

5- Atenção a Saúde

**a-AÇÃO ESPECÍFICA
PRAAE**

**b- AÇÕES UNIVERSAL
PRAAE**

38



2- Indique ao lado se a afirmação é verdadeira ou falsa:

a-PAE é o Programa de Atendimento ao Estudante()

b-Para acessar as ações universais é necessário que o estudante esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica.()

c- PRAAE é o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS.()

d- A renda per capita é a soma dos valores recebidos por todos as pessoas que moram sob o mesmo teto e dividida por esse número de pessoas().

39

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 29 – Produto: Referências

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL, Decreto 7234 de julho de 2010. **Plano Nacional de Assistência Estudantil/PNAES**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
2. Instrução Normativa Nº 01/2015/CS/IFS – **Procedimentos e diretrizes para a operacionalização da concessão de auxílios ou bolsas das linhas de ações de vulnerabilidade socioeconômica do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do Instituto Federal de Sergipe - PRAAA/IFS**. Disponível em http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/1_Norma_Regulamentadora_dos_Auxilios_e_Bolsas.pdf
3. Instrução Normativa Nº 01/2017 – **Dispõe sobre a metodologia de acompanhamento de estudantes assistidos pelo Programa de Assistência e Acompanhamento do PRAAE/IFS**. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/5_Inst_Normativa_Metodologia_de_Acompanhamento.pdf
4. **Reformulação do Regulamento do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe –PRAAE/IFS**, Resolução nº 21/2018/CS/IFS Disponível em http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/Resolu%C3%A7%C3%A3o_21_do_Praae_Proporcionalidade.pdf
5. **Norma Regulamentadora dos Auxílios e Bolsas**. Resolução Nº 28/2017/CS/IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/1_Norma_Regulamentadora_dos_Auxilios_e_Bolsas.pdf
6. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS**. Resolução Nº 37/2017/CS/IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/CS_37_Aprova_a_Pol%C3%ADtica_de_Assistencia_Estudantil_do_IFS_com_Normas_Anexas.pdf
7. **Norma para Concessão de Auxílio Financeiro Eventual**. Resolução Nº 29/2017/CS/IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/2_Norma_para_Concessao_de_Auxilio_Financeiro_Eventual.pdf

8. **Norma Regulamentadora da Bolsa Estudantil Partilhando Saberes**. Resolução Nº 12/2014/CS/IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/7_Norma_Concessao_Bolsa_Partilhando_Saberes.pdf
9. **Norma Regulamentadora da Bolsa Monitoria/Ensino Técnico de Nível Médio**. Resolução Nº 41/2014/CS/IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/9_Norma_Concessao_de_Bolsa_Monitoria_Ens_Tecnico.pdf
10. **Norma Regulamentadora da Bolsa de Incentivo ao Êxito Acadêmico**. Resolução nº 11/2014/CS/IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/8_Norma_da_Bolsa_de_Incentivo_ao_Exito_Academico.pdf
11. **Norma Regulamentadora do Auxílio Arte, Cultura, Esporte e Lazer**. Resolução nº 26/2017/CS/IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/3_Norma_Regulamentadora_do_Auxilio_Arte_Cultura_Esporte_e_Lazer.pdf
12. **Norma Regulamentadora da Concessão de Auxílio Financeiro para participação em Eventos**. Resolução nº 24/2017/CS/IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/4_Norma_Concessao_Auxilio_Financeiro_para_participacao_em_Eventos.pdf
13. **Resolução CS/IFS Nº 76, de 06 de maio de 2021. Dispõe sobre o Regulamento Interno do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE do IFS**. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_76.2021_Disposicoes_sobre_o_Regulamento_do_N%C3%ACleo_de_Atendimento_%C3%A0s_Pessoas_com_Necessidades_Especificas_do_IFS.pdf

Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

Figura 30 - Produto: colaboradores

COLABORADORES:

- **Descritora:** Carla Pereira de Araújo (Pedagoga/Psicopedagoga/Audiodescritora);
- **Turma do curso de Gestão da Tecnologia da Informação 2022.1-Campus Propriá**



Fonte: Elaborado pela autora a partir da PAE/IFS (2017b).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral, trabalhar a concepção do PRAAE com os estudantes da turma 2022.1 do curso de nível superior de Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) do IFS Campus Propriá, visando contribuir com a percepção estudantil sobre sua amplitude e sua abrangência. Com base nos resultados encontrados no percurso do estudo pode-se indicar que o objetivo acima foi alcançado.

Como principal resultado para o alcance do objetivo geral, destacam-se: a elaboração de uma cartilha digital inclusiva que condensa as ações existentes no PRAAE de forma prática e objetiva, diferente do formato apresentado na página da web do IFS através de resoluções, instruções e normas.

A utilização dos questionários como instrumento de coleta de dados, permitiu na fase de diagnóstico, a identificação quantitativa e qualitativa conforme orientações de análise de conteúdo de Bardin (2011), das fragilidades a serem trabalhadas, sendo um fio condutor para a elaboração da Cartilha Digital sobre o PRAAE. Na etapa de validação do produto educacional, foi constatado através da utilização do segundo questionário, que 100% dos participantes da pesquisa aprovou a apresentação do PRAAE no formato de cartilha digital, sendo um dos relatos expressos: “Descobri tudo que temos direito enquanto aluno devidamente matriculado no IFS (Participante A1)”.

Estes resultados visam contribuir de forma teórica e prática com outros estudos voltados à Assistência Estudantil no sentido de socializar a temática da Assistência Estudantil e aproximar os estudantes de informações relacionadas a esse direito no percurso acadêmico, utilizando-se de estratégias (mecanismos) para orientação acessível e prática.

Este estudo que não tem como pretensão esgotar a literatura no tocante ao tema, utilizou como base de dados para o *Estudo da Arte* de pesquisas no observatório PROFEPT (ambiente virtual que condensa entre outros indicadores, dissertações e produtos relacionados à Educação Profissional e Tecnológica) optando por dissertações executadas em Instituições Federais de Ciência, Educação e Tecnologia, desta forma, outras publicações e outros periódicos a respeito do assunto não foram consideradas, o que pode caracterizar-se como um indicador de limitação neste estudo.

Sugere-se que novos estudos possam ser realizados no âmbito da Assistência Estudantil, buscando aproximar além dos estudantes, toda a comunidade acadêmica para que este direito possa ser entendido por todos os que compõem o ambiente educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, K. C. P. **Programa de Assistência Estudantil e a sua materialização no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**: uma proposta de produto educacional voltado aos estudantes do Ensino Médio Integrado. 2021. p. 87. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande, 2021.
- ARAÚJO, R. M. L. **Práticas Pedagógicas e ensino integrado**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica).
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2011.
- BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BRANDÃO, Z.; BAETA, A. M. B; ROCHA, A. D. C. **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 jul. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 29 jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**: Concepções e Diretrizes. [s.l.], Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?gid=6691&option=com_docman&task=doc_download. Acesso em: 24 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Como Calcular a Renda por Pessoa da Família**. [s.l.]: MDS, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/como-calcular-a-renda-per-capita-familiar>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015**. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades

federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas constitucionais. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 30 out. 2022.

DENDASCK, C. O que é Pesquisa Quanti-Quali? **Núcleo do conhecimento**. [2020]. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/blog/pesquisa/quant-quali> Acesso em: 29 fev. 2024.

FRIGOTTO, G. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas**. Trab. educ. saúde [online], [s.l.], v. 7, supl.1, p. 67- 82, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zQ8Gc4nz3y5kSfcxqdRZk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 29 fev. 2024.

GARCIA, A. C.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M. Educação Profissional no Brasil: Origem e Trajetória. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**, p.1-18, 2018.

GERDHAT, T. A.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IFMS, 2018. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/politica-de-assistencia-estudantil> Acesso em: 01 abril. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Diretoria de Assuntos Estudantis**. Propriá: IFS, 2022. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/reitoria/pro-reitorias/proen/diae> Acesso em 15 jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Organograma Campus Propriá**. Propriá: IFS, 2024. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/institucional/estrutura-organizacional.html> Acesso em: 15 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/ IFS Nº 113, de 21 de dezembro de**

2021. Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju: IFS, 2021a. Disponível em: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/anexos/Resolucao_CS-IFS_113.2021_Dispo_e_sobre_o_Regimento_Geral_do_IFS.pdf Acesso em 15 jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 57/2017/CS/IFS**. Regimento Interno Campus Propriá. Propriá: IFS, 2017a. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/institucional/base-juridica> Acesso em: 15 out.2023

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 37/2017/CS/IFS**. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFS. Aracaju: IFS, 2017b. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/CS_37_-_Aprova_a_Pol%C3%ADtica_de_Assistencia_Estudantil_do_IFS_com_Normas_Anexas.pdf Acesso em: 24 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS nº 94, de 22 de setembro de 2021**. Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju: IFS, 2021b. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/institucional/base-juridica.html> Acesso em 15 jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 21/2018/CS/IFS**. Reformulação do Regulamento do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Praae/IFS. Aracaju: IFS, 2018. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/Resolu%C3%A7%C3%A3o_21_do_Praae_Proporcionalidade.pdf Acesso em 15 jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. **Anexo ao Regulamento Nacional PROFEPT**. 2018. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf . Acesso em: 24 abr. 2023.

KAPLÚN, G. Material Educativo: a experiência do aprendizado. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 07 out. 2022.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo 2019.

LEITE, A. P. N. **Assistência Estudantil no IFS**. Aracaju: Edifs, 2014.

LOPES, R.; MACIEL, B.; SOARES, D.; FIGUEIREDO, L.; CARVALHO, M. Análise e reflexões sobre a diferença de gênero na computação: podemos fazer mais?. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY, 17., 2023, João Pessoa, PB. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023 . p. 68-79. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wit/article/view/25011>. Acesso em: 03 abr. 2024.

MAIA, F. R. **O Programa Socioassistencial Estudantil no Instituto Federal do Amazonas/Campus Tefé**: percepção dos discentes. 2023. 188 p. Dissertação (Mestrado em

Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro, 2023.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasil. **Cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação**. Brasília. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/educacao-profissional-tecnologica-de-graduacao-e-de-pos-graduacao> Acesso em: 15 jan. 2024.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: E.P.U.Ltda. 2 ed. São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, J. M.; SANTOS, J. S. **História e políticas da educação profissional no Brasil**. Rio Grande do Sul, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2219/Historia%20e%20Políticas%20da%20Educacao%20Profissional%20no%20Brasil%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2024.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **RETTA**, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, jan./jun., 2010. p. 89-108.

PACHECO, E. **Os institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia: um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**. Aracaju: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf> Acesso em: 05 fev. 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Coordenação Setorial de Produção Acadêmica e Publicações. **Como Produzir uma Cartilha de Extensão**. Minas Gerais: PUC MINAS, 2016. Disponível em: <https://proex.pucminas.br/publicacoes/> Acesso em: 05 fev. 2024.

SAD, Lúgia Arantes. Abertura aos desafios e caminhos da pesquisa. In: COSME, Gerliane Martins *et al.* **Repensando o PROEJA: concepções para a formação de educadores**. Vitória: Ifes, 2011. p. 105-122.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4449807&forceview=1> Acesso em: 24 out. 2022.

SAVIANI, D. **A Política Educacional brasileira após a ditadura militar até os dias atuais**. Palestra. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KDlydJpnhv8&list=PL5oTq> Acesso em: 23 abr. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, E. M. S. **Assistência Estudantil no Instituto Federal de Sergipe, Campus São Cristovão:** da Política à sua implantação na percepção dos estudantes. 2021. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju, 2023.

SILVA, M. J. **Política de assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha:** percepções dos estudantes do Proeja campus Santa Rosa. 2022. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2022.

SOARES, M. J. A. As Escolas de Aprendizizes Artífices: estrutura e evolução. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 58-92, jul./set. 1982.

SOUZA, J. C. S.; SANTOS, M. C. Contexto histórico da educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 12, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira> Acesso em: 26 dez. 2023.

XAVIER, C. C. V. L.; AZEVEDO, J. F. **Gestão democrática na educação profissional e tecnológica:** um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico. Aracaju: Edifs, 2019. p. 176.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1**I-IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE:**

Idade _____

Sexo _____

1. Antes de entrar no IFS, a sua trajetória estudantil foi em?

- a) Escola pública
- b) Escola Particular
- c) Maior parte em Escola pública
- d) Maior parte em Escola particular

2. Você reside com quantas pessoas ? _____

3. Qual a renda familiar total em sua casa(soma dos vencimentos de todos os que residem com você?)

- a) Não possuo(ímos) renda
- b) Até ½ Salário Mínimo
- c) Até 1 Salário Mínimo
- d) 1 Salário Mínimo e meio
- e) Acima de 1 Salário Mínimo e meio

4. Você e sua família está inscrita em algum Programa de auxílio do governo?

- a) Não
- b) Sim

Se sim, qual? _____

II- SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFS:

5. Você conhece o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS?

- a) Sim
- b) Não

O que você sabe a respeito? _____

6. Já participou ou participa de alguma ação do PRAAE?

- a) Sim
- b) Não

Escreva qual (is) ? _____

7. Você acredita que pode participar do PRAAE ?

- a) Sim
- b) Não

Por que? _____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2**I - IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE:**

Idade _____

Sexo _____

II - SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1. Enquanto estudante do IFS, você tem direito a fazer parte do PRAAE?

- a) Sim
- b) Não

2. Já participou ou participa de alguma ação do PRAAE?

- c) Sim
- d) Não

Cite _____

3. O que te ajudou a compreender melhor o significado do PRAAE?

4. Afinal, o que é praae? Fale a respeito. _____

III - SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL:

5. A apresentação do praae no formato de cartilha digital te ajudou a conhecer melhor o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS? E a sua abrangência?

- a) Sim ()
- b) Não ()
- c) Outro _____

6. Você tem alguma sugestão ou crítica a fazer com relação à cartilha digital do PRAAE? Por Exemplo: Retirar Ou Acrescentar Algo?

- d) Sim ()
- e) Não ()

Comente _____